

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0177.2026.AC-44.PE.90106.SAD.HOF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90106/2026

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através do Pregoeiro 44, Ismael de Souza Maciel, designado por meio da Portaria nº 4.061, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 31/12/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Ofício nº 1.120/2025 da SES - Diretoria Geral do Hospital Otávio de Freitas, e com a respectiva autorização, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços de empresa especializada na locação de equipamentos para atender ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, através da instalação, carga, recarga, manutenção, treinamento e suporte tecnológico, visando atender as necessidades do Hospital Otávio de Freitas, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O objeto desta licitação está agrupado em lote único, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 11.812.035,36 (onze milhões, oitocentos e doze mil, trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Fonte: 0600 – SUS / 0500 – Tesouro Estadual

Unidade: 530408 – Hospital Otávio de Freitas

Programa: 10.302.0528.2393.B581

Ação: B581

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

Categoria Econômica: GD3 – CONSUMO

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas Físicas, conforme subitem 2.7. do Termo de Referência (Anexo I);

3.4.10. Empresas sob a forma de consórcio, conforme subitem 2.5. do Termo de Referência (Anexo I);

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao Pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao Pregoeiro informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.

5.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 –A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na

documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. nos itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 ou 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

7.5. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

7.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento) do valor estimado do lote a ser disputado.

8.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.6. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

8.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

8.9. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 8.9.

8.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto-fechado

8.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, encerrado esse prazo, o Pregoeiro encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Após o transcurso de um período de tempo adicional de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13. Encerrados os prazos da etapa aberta de lances de que trata o item 8.12, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor do melhor lance e os autores dos lances com variação de preço de até 10% (dez por cento) em relação àquele possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14. Na oferta do lance fechado, as licitantes poderão optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar preço menor ou maior desconto.

8.15. Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nas condições de que trata o item 8.13, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

9.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

9.2.2.2. empresas brasileiras;

9.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

10.5. No caso previsto no item 10.3, o Pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

10.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Pregoeiro.

11. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

11.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Pregoeiro verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.4 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.4 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo A do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

11.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Pregoeiro.

11.4. O prazo de que trata o item 11.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Pregoeiro.

11.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

11.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

11.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

11.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro no sistema.

11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 11.3, será

desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

12.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.2.3. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 10;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo Pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 15 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.5. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

12.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.5.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

12.5.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.6. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

12.7. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

12.8. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Pregoeiro retomar a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 11.3, e realizarem a negociação de que trata o item 10, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

12.9. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

12.10. Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

13.2. Habilitação Jurídica:

13.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

13.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta

Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.2.5.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.2.9. Ato de autorização para o exercício da atividade de distribuição, comercialização ou fornecimento de gases medicinais e de produtos sob vigilância sanitária, expedido por Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA nos termos do art 50 da Lei nº 6.360/1976; Decreto nº 79.094/1977; RDC nº 870/2024)

13.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio da licitante;

13.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/PE).

13.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

13.3.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.3.9. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

13.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a

critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3.12. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.3.12.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

13.3.12.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

13.4. Qualificação Técnica:

13.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.4.1.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem dizer respeito a prestação de serviços de locação de equipamentos médico-hospitalares.

13.4.1.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para o lote.

13.4.1.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

13.4.1.4. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

13.4.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.4.1.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

13.4.1.7. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

13.4.1.8. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.4.2. Responsável técnico habilitado para o exercício das atividades relacionadas à instalação, acompanhamento técnico, orientação terapêutica e suporte operacional dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços de oxigenoterapia e ventilação domiciliar, devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional competente — Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) — com registro profissional ativo, em conformidade com a legislação profissional vigente.

13.4.2.1. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa licitante deverá ocorrer mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) ficha ou livro de registro de empregados, contrato de trabalho firmado ou carteira profissional (CTPS), no caso de empregado pertencente ao quadro permanente da empresa;
- b) contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, nos termos da legislação civil vigente;

- c) contrato social ou ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no órgão competente, quando o profissional integrar o quadro societário da empresa licitante;
- d) declaração de compromisso de vinculação futura do profissional indicado, caso a licitante sagre-se vencedora do certame, observada a obrigatoriedade de comprovação do vínculo para fins de assinatura do contrato.

13.5. Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, de sociedade simples.

13.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

13.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante.

13.5.2.2. A certidão descrita no item 13.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

13.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.5.3. Comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o lote único.

13.5.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

13.5.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

13.5.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

13.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. Documentos complementares

13.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

13.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

13.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

13.7.3.1. Se os documentos indicados no item 13.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

13.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 13.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

13.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

13.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

13.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar,

considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

13.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

13.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 13.7.7.

13.7.12. Habilitada a licitante, o Pregoeiro encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

13.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

13.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

13.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

13.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

13.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 14.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

14. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

14.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas

15. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

15.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

15.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

15.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

15.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

15.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

15.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

15.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

16.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

16.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

16.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

16.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

16.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

16.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

16.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

16.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

17. DO CONTRATO

17.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.

17.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

17.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

17.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecida em cartório, com poderes que habilitem o mandatário a assinar o instrumento.

17.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

17.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no

prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

17.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 18.1.2.

17.4.1. Na hipótese do item 17.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Pregoeiro retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

17.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

18.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual;

18.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

18.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

18.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

18.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

18.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. fraudar a licitação;

18.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

18.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

18.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Multa;

18.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

18.3. As sanções previstas nos itens 18.2.2 e 18.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

18.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$

100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 18.1.1 deste edital;

18.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 18.1.2 e 18.1.3. deste edital;

18.4.3. Multa de 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5., 18.1.6., 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9 deste edital.

18.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

18.5.1. No cometimento da infração prevista no item 18.1.1: de 6 a 12 meses;

18.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 18.1.2 e 18.1.3: até 6 meses;

18.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9: de 03 a 6 anos;

18.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 18.5 e 18.6. deverão ser observadas:

18.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

18.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

18.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

18.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

18.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

18.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

18.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

18.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

19.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema Compras.gov ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

19.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

19.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

19.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

19.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

19.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

19.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

19.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

19.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos);
- d) Anexo IV - Modelo de Folha de Rosto.

19.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

19.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 04 de maio de 2026.

Ismael de Souza Maciel

Pregoeiro 44

ANEXO I

Termo de Referência

Processo Nº 2300002183.000002/2025-68

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços de empresa especializada na locação de equipamentos para atender ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, através da instalação, carga, recarga, manutenção, treinamento e suporte tecnológico, visando atender as necessidades do Hospital Otávio de Freitas, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

1.2. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão agrupados em lote único e descritos conforme quadro constante no anexo D.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATSER, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a execução

do presente serviço contínuo e essencial, voltado à locação de equipamentos médico-hospitalares, com manutenção, instalação, suporte técnico e telemonitoramento remoto, cuja execução demanda estrutura operacional centralizada, pronta resposta técnica e controle unificado da operação.

2.5.3. No caso vertente, embora se trate de serviço de alta relevância assistencial e com abrangência estadual — sendo o único programa de oxigenoterapia e ventilação domiciliar que atende a toda a Rede Estadual de Saúde de Pernambuco —, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que a execução contratual apresenta natureza operacional homogênea e plenamente exequível por empresas individualmente constituídas, não havendo multiplicidade de especialidades técnicas que justifique a formação de consórcios. Também não se verifica a presença de grande vulto ou de risco econômico-financeiro que exija a associação de empresas.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a execução do objeto requer estrutura empresarial organizada, capacidade logística, disponibilidade de equipe técnica e responsabilidade contratual ampla, condições que não podem ser atendidas por pessoas físicas atuando individualmente.

O contrato envolve serviço contínuo e essencial, com suporte técnico, manutenção de equipamentos, controle de estoque, transporte, recarga de oxigênio e gestão de prazos críticos, como resposta técnica emergencial. Tais exigências operacionais demandam organização técnico-administrativa própria de empresas legalmente constituídas, razão pela qual a participação de pessoas físicas é incompatível com o objeto licitado.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), para a prestação dos serviços, deve-se observar as seguintes especificações:

a) Fornecer ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, em sistema de comodato, enquanto durar o serviço de locação, condições necessárias ao ajuste/prescrição adequada dos dispositivos. Assim, deverão ser disponibilizados ao hospital imediatamente ao início da execução do contrato os seguintes itens:

1. Dispositivo para poligrafia de sinais respiratórios durante o sono. Quantidade: 06

2. Binível igual ao fornecido pelo contrato, com telemonitoramento automático, com Módulo compatível/acoplável para análise concomitante de oximetria periférica, para titulação de parâmetros. Quantidade: 03

3. Módulo, cabo e sensor de oximetria compatível/acoplável ao dispositivo de terapia pressórica para análise concomitante de oximetria periférica e curvas de fluxo. Quantidade: 08
4. Dispositivo para avaliação de oximetria noturna (polissonografia tipo IV) com registro dos sinais e fornecimento de relatório diagnóstico para posterior análise, sem restrição no número de relatórios. Quantidade: 04
5. Dispositivo para avaliação de volumes e capacidades pulmonares tipo ventilômetro analógico. Quantidade: 01
6. Dispositivo para avaliação não invasiva do CO₂ (capnografia transcutânea) com gravação do registro para posterior análise. Quantidade: 01
7. Dispositivo de oxigenioterapia do tipo concentrador portátil igual ao fornecido pelo contrato, para que o prescritor e o fisioterapeuta realizem testes de desempenho nas diversas condições clínicas, e assim a prescrição ocorra segundo boa resposta aos testes físicos. Quantidade: 01
8. Auto Binível com telemonitoramento automático, com Módulo compatível/acoplável para análise concomitante de oximetria periférica, para titulação de parâmetros. Quantidade: 02
9. Dispositivo de terapia por pressão positiva com servoventilação adaptativa, com telemonitoramento automático, com Módulo compatível/acoplável para análise concomitante de oximetria periférica, para titulação de parâmetros. Quantidade: 01
10. Computador laptop, com sistema operacional Windows 11 (com configuração capaz de suportar atualização do sistema operacional, quando disponível), leitor de cartão SD, acesso à internet (rede e/ou wi-fi) e um celular com capacidade de dados para realização de videochamada. Estas exigências garantirão a operacionalização contínua do telemonitoramento e teleconsultas, a análise dos dados dos dispositivos e a rápida intervenção quando necessária. Os dados tratados seguirão a Legislação Geral de Proteção de Dados (LGPD) vigente. Quantidade: 02 (um de cada).
O fornecedor deverá ainda garantir:
 - Um canal de comunicação dos usuários e prescritores com a empresa locatária para suporte 24 horas;
 - Telemonitoramento automático em todos os dispositivos de Terapia por Pressão Positiva;
 - Fornecer baterias extras para o concentrador de oxigênio portátil quando o paciente tiver consulta agendada em serviço de transplante pulmonar que necessite de transporte aéreo, de acordo com o prescrito no MEDIF (formulário médico que atesta as informações de um passageiro com alguma condição de saúde específica ou que necessita de assistência especial durante um voo);
 - A entrega dos dispositivos segundo agendamento semanal na data e horário programado;
 - Um oxímetro portátil, um ambu e 02 (duas) máscaras para cada Ventilador de suporte básico à vida entregue.
 - Especificação técnica dos oxímetros: oxímetro portátil - equipamentos multiparamétricos baseado na espectrofotometria, emitindo luzes vermelha (aprox. 660 nm) e infravermelha (aprox. 940 nm) para detectar a oxigenação. Devem ser alimentados na rede elétrica (220V), com autonomia de bateria (superior a 1h), possuir tela em cristal líquido, com no mínimo estes parâmetros: oximetria periférica, frequência cardíaca e curva de pulso. Com alarme sonoro e visual dos parâmetros analisados, com possibilidade de edição dos parâmetros. Faixa de medição de 0 a 100%. Acurácia de $\pm 2\%$ no intervalo de 70% a 100%. Faixa de frequência de pulso (bpm): entre 25 a 250 bpm, com precisão de 1 bpm ou 1%.

- Um quantitativo mínimo de 50 filtros no próprio HOF para que a equipe tenha autonomia quanto ao momento de troca dos mesmos;
 - Especificação técnica dos filtros: Serão filtros colocados no compartimento de entrada de ar dos equipamentos disponibilizados no edital (que se façam necessários), com o objetivo de proteger o paciente e o próprio equipamento. São feitos de material sintético/fibra, e utilizados para filtrar partículas finas. As dimensões, periodicidade de troca e dispositivos correlatos, estão diretamente ligadas ao tipo e orientações do fabricante dos aparelhos fornecidos no final da concorrência.
 - Troca das interfaces programadas com intervalo máximo de 12 meses, de acordo com agendamento sinalizado pela equipe; A confirmação das entregas deverá ser apresentada ao Hospital Otávio de Freitas (HOF), por meio de e-mail, com a nota eletrônica assinada pelo paciente ou acompanhante em anexo.
 - Para substituição de interfaces em caráter de urgência, por situações adversas, deve ser disponibilizado quantitativo mínimo equivalente à 2% do número de pacientes em uso de máscaras, distribuídos nos diversos modelos e tamanhos ofertados, no próprio HOF para que a equipe tenha autonomia quanto ao momento de troca dos mesmos; A reposição deverá ocorrer semanalmente, de acordo com a prestação de contas, referente às máscaras usadas e para que pacientes. Por exemplo, para 1500 pacientes, devem ser disponibilizadas 30 máscaras.
 - Disponibilizar o portfólio de modelos e tamanhos das máscaras que poderão ser dispensadas para julgamento clínico e melhor prescrição e teste das mesmas; (EM ANEXO E)
 - O treinamento da equipe de fisioterapeutas e médicos sobre os dispositivos dispensados com especialistas clínicos em ventilação e oxigenioterapia
- Garantir assistência ao Serviço de Telemonitoramento, segundo as exigências descritas abaixo:
- Os pacientes que passarem pelo processo inicial de adaptação (3 meses) e estiverem atingido os critérios de boa adaptação e adequação terapêutica (tempo de uso > 4h em pelo menos 70% dos dias, vazamento não intencional controlado, IAH<5 eventos por hora, sem queixas de fadiga ou sonolência residual) serão sinalizados pela equipe do Programa para que a contratada possa participar do processo de telemonitoramento a longo prazo.
 - O processo de telemonitoramento garantirá controle do uso dos recursos e eficiência terapêutica. A execução das etapas mecânicas e automáticas do processamento dos dados do telemonitoramento pela empresa contratada permitirá que a equipe do programa direcione seus esforços aos pacientes mais graves e com problemas no processo de adesão e adaptação à terapia por pressão positiva. Para isso, a contratada deverá seguir as orientações e exigências descritas abaixo:
 - Entregar relatórios mensais ou trimestrais de acordo com o tempo de adesão ao tratamento. A saber:
 - Relatórios mensais para os pacientes em Ventilação mecânica através de Suporte à vida ou Binível, assim como para os pacientes em CPAP com menos de seis meses de tratamento.
 - Relatórios trimestrais para os pacientes em CPAP com tempo de uso superior à seis meses de tratamento.
 - Os relatórios, de cada grupo previamente sinalizado pela equipe do Programa, devem conter dados percentuais (%) e absolutos(n) referentes à adesão (tempo de uso > 4h em pelo menos 70% dos dias), vazamento não intencional controlado, eventos controlados (IAH<5 eventos por hora), controle das queixas de fadiga e sonolência residual. Conforme apresentado na figura abaixo. Para

os pacientes em Ventilação mecânica através de Suporte à vida ou Binível, incluir os dados referentes à volume corrente, frequência respiratória, relação I:E, % de acionamento respiratório.

Adesão		Vazamento controlado		IAH <5		Sonolência residual		Fadiga Residual	
Excelente	%(n)	Sim	%(n)	sim	%(n)	sim	%(n)	Sim	%(n)
Muito boa	%(n)								
Boa	%(n)	Não	%(n)	não	%(n)	não	%(n)	Não	%(n)
Ruim	%(n)								

- Os relatórios devem conter a relação nominal dos pacientes que apresentarem não conformidade terapêutica para que consultas sejam agendadas com a equipe responsável pelo programa, para que o problema seja solucionado com máxima brevidade.
- A equipe responsável pelo Programa disponibilizará à contratada, o acesso a uma planilha de controle, como EDITOR, para que os dados individualizados, referentes aos relatórios, sejam dispostos mensalmente, e assim possam ser conferidos e auditados de forma automática.
- Na mesma planilha deverão ser adicionadas informações sobre a máscara em uso, como: tempo de uso, data provável de troca, modelo e tamanho. Assim como dados referentes aos prazos de troca dos filtros dos equipamentos.

b) EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA QUANTO À VIDA ÚTIL DOS DISPOSITIVOS:

1. Os equipamentos (locados e comodatos) devem ser novos (primeiro uso) ou seminovos, com viabilidade de uso comprovada por laudo técnico de manutenção/calibração, com horas de uso relatada e ano de fabricação.
2. Em função da expectativa de vida útil do equipamento de (5) cinco anos, os dispositivos deverão ser monitorados quando esse prazo for atingido, antecipando-se a necessidade de troca para que os pacientes não tenham seu tratamento comprometido.
3. Para todos os equipamentos com bateria inclusa, a troca das mesmas deve seguir a orientação apresentada nos manuais do fabricante. Visto a gravidade destes pacientes, os quais precisam de dispositivos com bateria, devem ser emitidos relatórios semestrais referentes a vida útil das baterias dos equipamentos em uso.
4. Nos casos dos aparelhos de ventilação mecânica domiciliar que forem acompanhados de NoBreak, a empresa deve ficar responsável em avaliar com frequência esse NoBreak para garantir pelo menos 3 horas de uso do ventilador em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, haja vista que esse equipamento é dotado de vida útil que diminui com o passar do tempo.
5. Todo equipamento deverá sofrer manutenção periódica por conta da empresa vencedora conforme orientação do fabricante, para que não venha comprometer o bem-estar do paciente. Para o atendimento desse serviço, a empresa vencedora deverá fornecer serviço de call-center, através de telefone 0800 para os pacientes
6. Todos os equipamentos devem ser entregues com bolsa própria do equipamento, higienizados e com filtro novo.
7. A empresa vencedora deverá entregar e/ou instalar o equipamento de acordo com as seguintes exigências/normas:

a) **PACIENTES INTERNADOS COM ALTA HOSPITALAR VINCULADA À ENTREGA DO DISPOSITIVO:** Concentrador de O2 e Cilindro de Backup no domicílio dos pacientes; o concentrador móvel e/ou cilindro de transporte, assim como o dispositivo de Suporte à vida, devem ser entregues nos hospitais cujo paciente esteja internado, dentro do prazo máximo de 24h; Mediante urgência na liberação do leito hospitalar. Uma programação inicial dos parâmetros, baseada em idade e dados antropométricos, será realizada pela equipe do Programa.

b) **Pacientes ambulatoriais:** O equipamento de suporte ventilatório para uso domiciliar (Terapia por Pressão positiva em via aérea ou Suporte à vida) deve ser entregue no HOF. Haverá semanalmente envio de e-mails com a programação de entrega da semana seguinte. O prazo mínimo de entrega dos dispositivos é 24h e o prazo máximo é de sete dias, antes da data de agendamento da entrega. Não haverá possibilidades de entregas quinzenais ou mensais por restrição de estrutura física do ambulatório responsável pela entrega dos equipamentos. Diante de casos ambulatoriais mais graves, principalmente referente aos portadores de síndromes de hipoventilação, a entrega no HOF deverá ser providenciada no prazo de seis horas após envio de solicitação via e-mail.

c) **Nas emergências como troca ou reparo dos equipamentos (por pane ou mau funcionamento do equipamento locado), inclusive nos feriados e finais de semana, nos casos de pacientes dependentes de ventilação, a substituição deverá ser feita no prazo máximo de 6 horas; nos outros casos, de pacientes não dependentes, a substituição deverá ser feita em até 12 horas.**

IMPORTANTE: Prazo máximo para a migração de fornecedores e atendimento aos pacientes já contemplados no programa: de 60 (sessenta) dias.

3.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1. Os serviços serão prestados da seguinte forma:

3.2.1.1. A entrega dos equipamentos de suporte ventilatório ocorrerá para atender dois processos independentes.

3.2.1.1.1. **Processo 1 MIGRAÇÃO DOS PACIENTES ANTIGOS:** Pacientes que já fazem parte do Programa de oxigenioterapia domiciliar e síndromes de hipoventilação deverão migrar da empresa do contrato finalizado para a empresa do novo contrato, no prazo de 60 dias. Atualmente, temos aproximadamente 1734 pacientes em uso de suporte ventilatório (CPAP, Binível e Suporte à vida), o que exigirá uma permuta diária de aproximadamente 40-45 dispositivos por dia, de segunda a sexta. Os equipamentos serão programados pela equipe de acordo com parâmetros previamente definidos. Após os ajustes nos dispositivos pela equipe do HOF e orientação quanto ao modelo e tamanho da máscara, a empresa realizará as entregas nos domicílios dos pacientes.

3.2.1.1.2. **Processo 2 – INCLUSÃO DOS PACIENTES NOVOS:** Os pacientes serão inseridos no Programa, de acordo com diagnóstico e prescrição médica. Serão ofertadas de 10-12 vagas por semana para as entregas e adaptações iniciais dos dispositivos/equipamentos. Geralmente serão entregues 8-10 CPAPs e 2-4 Binível/Suporte à vida. Semanalmente, será enviada, por e-mail, a programação de pacientes e seus respectivos dispositivos e máscaras a serem entregues na semana subsequente. Os equipamentos deverão estar disponíveis com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e máxima de 07 (sete) dias em relação à data da entrega. Esta ocorrerá no Ambulatório de Distúrbios Respiratórios do SONO do Hospital Otávio de Freitas (HOF), localizado na Rua Aprígio Guimarães, nº 600, bairro de Tejipió, Recife/PE, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, ao secretário do Programa, sob a supervisão dos médicos e/ou fisioterapeutas responsáveis pela prescrição e adaptação dos equipamentos, respectivamente. O recebimento dos

equipamentos ocorre com a emissão da pré nota fiscal, a qual é conferida e assinada pelo Secretário do Programa.

3.2.1.2. A confirmação das entregas dos dispositivos relacionados à oxigenoterapia deverá ser apresentada ao Hospital Otávio de Freitas (HOF), por meio de e-mail com a nota eletrônica assinada pelo paciente ou acompanhante.

3.2.1.3. As recargas dos dispositivos deverão ser realizadas no domicílio do paciente, conforme prescrição médica. Os pedidos de recarga deverão ocorrer em canais próprios de comunicação disponibilizados pela contratada. Os canais de comunicação da contratada com os pacientes podem ser 0800, telefone ou Whatsapp, sem que haja ônus/custos aos pacientes. O prazo para recargas é de 24h.

3.2.2. O início da execução contratual deve se dar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

3.2.3. Condições gerais e específicas para a prestação do serviço:

ITEM	DESCRIÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS DO DISPOSITIVO:	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:
1	<p>492801-6: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA DE PRESSÃO POSITIVA CONTINUA NAS VIAS AÉREAS, MODO CPAP, COM INTERVALO DE PRESSÃO DE 04 A 20 CMH20, COM TEMPO DE RAMPA DE 0 5 A 45,00MI, COM UMIDIFICAÇÃO AÉREA DO TIPO AQUOSA, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PECAS</p> <p>Obs.: Onde se lê: 0 A 45,00MI, leia-se</p>	<ul style="list-style-type: none"> Intervalo mínimo de Pressão: 04 a 20 cmH20 Fornecer modalidade terapêutica com ajuste automático de Pressão Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático Rampa: mínima de 5 a 45 minutos Dispositivo de Conforto expiratório/ Alívio expiratório/Umidificação integrada Ajuste/compensação automática de altitude Alimentação Elétrica Bivolt Visor em LCD Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia de Apneia do Sono. Apresentar Registro na Anvisa 	<ol style="list-style-type: none"> Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; mentoneira (se necessário); Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação; Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas; As interfaces devem ser ventiláveis; Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio; Garantia do fabricante e registro ANVISA. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou

	mínima 5 A 45,00MI.		fisioterapêutica; ou seja, apresentar possibilidade de interface pediátrica e adulto ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem estar dentro das opções apresentadas em anexo (ANEXO E); 7. Garantir que o aparelho tenha possibilidade de conectividade e telemonitorização.
2	492804-0: SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO VENTILADOR PNEUMATICO, PORTATIL, HABILITADO PARA VENTILACAO INVASIVA E NAO INVASIVA, ACOMPANHA BATERIA INTERNA RECARREGAVEL COM AUTONOMIA MINIMA DE 6 HORAS,MODOS VENTILATORIOS COM CONTROLE DE PRESSAO E VOLUME,CONTROLES PARA IPAP 4-50 CMH2O E EPAP 4-25 CMH2O,PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS A PARTIR DE 5KG,COM	<ul style="list-style-type: none"> • Adequado ao uso em pacientes adultos e pediátricos (a partir de 5 Kg). • Registro como ventilador pneumático portátil com possibilidade de uso contínuo, ou seja, habilitado para ventilação invasiva e não invasivo superior a 16 horas por dia. • Deve contemplar os modos ventilatórios mínimos com controle tanto à pressão quanto à volume: CPAP, S, S/T, T, PC ou PAC ou similar, CV ou PACV ou similar, AC ou ACV ou similar, IVAPS, AVAPS ou similar, SIMV nas modalidades pressóricas e volumétricas; • Sensibilidade e ciclagem ajustadas manualmente ou de forma automática; • Garantir compensação automática na presença de vazamento; • Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica • Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático • Garantir: <ul style="list-style-type: none"> • Intervalo mínimo de IPAP de 4 a 50cmH2O; • Intervalo mínimo de EPAP de 4 a 	1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação; 2. Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas; 3. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou fisioterapêutica; ou seja, apresentar possibilidade de interface pediátrica e adulto ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem estar dentro das opções apresentadas em anexo

	<p>CIRCUITO E MASCARA VENTILAVEL E/OU PECA BUCAL, COM CALIBRACAO, MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS</p>	<p>25cm H2O;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervalo mínimo de Frequência respiratória de 2 a 50 ipm; • Intervalo mínimo de Volume corrente de 50 a 2000mL; • Alarmes de falha elétrica, desconexão, apneia, volume minuto baixo; • Monitoramento: fuga, frequência respiratória, volume-minuto, volume estimado; • Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia; • Alimentação elétrica bivolt 110/220 volts automático; • Bateria interna recarregável com autonomia mínima de 6h; • Fornecer bateria externa quando solicitado/prescrito; • Apresentar Registro na Anvisa. 	<p>(ANEXO E);</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Garantir interface para pacientes traqueostomizados; 5. As interfaces devem ser ventiláveis; 6. Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio; 7. Fornecer dispositivo para aquecimento e umidificação aquosa de forma acoplada/integrada ou adaptada ao ventilador; 8. Entrega de NoBreak compatível à potência do dispositivo. 9. Garantia do fabricante e registro ANVISA. 10. Fornecer um ambu com máscara de coxim inflável, compatíveis a idade e peso do paciente, como estratégia de segurança.
3	<p>492802-4: SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILAÇÃO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, MODOS CPAP E BINIVEL, INTERVALO MINIMO IPAP DE 4 A 25CMH2O E EPAP DE 4 A 20CMH2O, ENTREGA DE CIRCUITO SIMPLES COM MÁSCARA NASAL OU FACIAL,</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gerador de fluxo com dois níveis de pressão • Fornecer modalidade terapêutica com ajuste automático de Pressão • Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica • Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático • Visor em LCD com indicadores numéricos de parâmetros ajustáveis • Garantir compensação automática na presença de vazamento; • Umidificação acoplada/integrada ou adaptada com controle de temperatura automática; • Garantir: • Intervalo mínimo de IPAP de 4 a 25cmH2O, • Intervalo mínimo de EPAP de 4 a 20cm H2O, 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação; 2. Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas; 3. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou

	<p>BOLSA PARA TRANSPORTE E FILTRO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSICAO DE PECAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rampa: mínima de 5 a 45 minutos • Dispositivo de Conforto expiratório/ Alívio expiratório • Ajuste/compensação automática de altitude • Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia. • Alimentação elétrica bivolt 110/220 volts automático; • Apresentar Registro na Anvisa 	<p>fisioterapêutica; ou seja, apresentar possibilidade de interface pediátrica e adulto ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem está dentro das opções apresentadas em anexo (ANEXO E);</p> <p>4. Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio; As interfaces devem ser ventiláveis;</p> <p>5. Garantir que o aparelho tenha possibilidade de conectividade e telemonitorização.</p> <p>6. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p>
4	<p>496851-4: SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO APARELHO PROMOVEDOR DE VENTILAÇÃO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, COM SISTEMA CAPAZ DE GARANTIR VOLUME MEDIO TIPO "AVAPS" OU "IVAPS", COM INTERVALOS MINIMO IPAP DE 4 A 30CMH2O E EPAP DE 4 A 20CMH2O, COM FREQUENCIA RESPIRATORIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequado ao uso em pacientes adultos e pediátricos; • Gerador de fluxo com dois níveis de pressão, • Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica • Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático • Deve contemplar os modos ventilatórios mínimos de pressão espontâneo, espontâneo/controlado, controlado (S, ST, T) OU SIMILARES; • Garantia de volume médio através da oscilação da pressão de suporte inspiratório na modalidade "AVAPS" / "IVAPS"; • Visor em LCD com indicadores numéricos de parâmetros ajustáveis; • Garantir compensação automática na presença de vazamento; 	<p>1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação;</p> <p>2. Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas;</p> <p>3. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou fisioterapêutica; ou seja, apresentar possibilidade de</p>

<p>PROGRAMAVEL, PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS, ACOMPANHANDO CIRCUITO E MÁSCARA FACIAL OU NASAL VENTILAVEL, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Umidificação acoplada/integrada com controle de temperatura automática; • Garantir: <ul style="list-style-type: none"> • Intervalo mínimo de IPAP de 4 a 30cmH₂O, • Intervalo mínimo de EPAP de 4 a 20cm H₂O, • Sensibilidade e ciclagem ajustadas manualmente ou de forma automática • Alarmes de falha elétrica, desconexão, apneia, volume minuto baixo. • Monitoramento: vazamento não intencional ou fuga total, frequência respiratória, volume- minuto, volume estimado; • Rampa: mínima de 5 a 45 minutos; • Dispositivo de Conforto expiratório/ Alívio expiratório; • Ajuste/compensação automática de altitude; • Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia; • Alimentação elétrica bivolt 110/220 volts automático; • Apresentar Registro na Anvisa. 	<p>interface pediátrica e adulto ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem estar dentro das opções apresentadas em anexo (ANEXO E);</p> <p>4. As interfaces devem ser ventiláveis; Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio;</p> <p>5. Garantir que o aparelho tenha possibilidade de conectividade e telemonitorização.</p> <p>6. Garantir possibilidade de prescrição de dispositivos compatíveis para crianças com peso a partir de 10 Kg na proporção de um para cada 10 dispositivos para peso superior.</p> <p>7. Garantir possibilidade de prescrição de dispositivos COM mecanismo de SERVO-ALIMENTAÇÃO COM AUTO-AJUSTE DE EPAP na proporção de um para cada 25 dispositivos ACIMA descritos; Caso não haja tecnologia de conectividade disponível para as funções explicitadas, dispensa-se, neste caso, a conectividade;</p> <p>8. Fornecer dispositivo para aquecimento e umidificação aquosa de forma acoplada/ integrada ou adaptada ao ventilador.</p> <p>9. Entrega de NoBreak compatível à potência do dispositivo.</p> <p>10. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p>
---	--	---

			<p>11. Fornecer um ambu com máscara de coxim inflável, compatíveis a idade e peso do paciente, como estratégia de segurança.</p>
5	<p>492798-2: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO MECÂNICO, QUE SIMULA A TOSSE NATURAL ATRAVÉS DA APLICAÇÃO GRADUAL DE UMA PRESSÃO POSITIVA NAS VIAS ÁREAS, A QUAL MUDA RAPIDAMENTE PARA UMA PRESSÃO NEGATIVA, PRESSÃO POSITIVA E NEGATIVA AJUSTÁVEL, MODOS MANUAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aparelho indicado para terapia de tosse mecânica de Insuflação-Exsuflação com modos manual e automático (intervalo mínimo de pressão para Insuflação: 5 a 70 cmH₂O e para Exsuflação: 0 a 70 cmH₂O) com sensor de disparo automático, automático e possibilidade de ajuste da oscilação de fluxo. • O aparelho deve garantir: <ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorização de volume corrente, pico de fluxo da tosse, tempo inspiratório e tempo expiratório; 2. Possibilidade de uso nos modos manual e automático; 3. Opção de prescrição dupla/tripla; 4. Capacidade para armazenamento de dados em cartão; 5. Compatível com oxigênio suplementar; 	<p>1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com facial completa adulto e pediátrica; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias; Bolsa para transporte; Filtro e Manual de operação.</p> <p>2. Fornecer as possíveis interfaces, adaptador de traqueostomia e/ou bucal, de acordo com a prescrição do médico ou fisioterapeuta.</p>

	<p>E AUTOMÁTICO, INTERVALO DE PRESSÃO PARA INSUFILAÇÃO DE 0,5 A 70 CMH₂O E PARA EXSUFILAÇÃO DE 0 A - 70 CMH₂O, ACOMPANHA CIRCUITO E MÁSCARA FACIAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.</p> <p>Obs.: Onde se lê: intervalo de pressão para insuflação de 0 A 70 CMH₂O, leia-se intervalo mínimo para pressão insuflação de 5 A 70 CMH₂O.</p>	<p>6. Bivolt; 7. Registro ANVISA.</p>	
6	<p>613730-0: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL, COM GARANTIA DE FLUXO CONTÍNUO MÁXIMO DE PELO MENOS 2L/MIN, PESO INFERIOR A 10KG, PUREZA MÍNIMA DE OXIGÊNIO OFERECIDO $\geq 85 \pm 3\%$ EM FLUXO ≥ 2L/MIN, BATERIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade por fluxo contínuo e pulsátil; • Alarme para baixa pureza de oxigênio; • Bateria recarregável; • Pureza do oxigênio fornecido $\geq 85\%$ • Peso inferior a 10Kg; • Garantir fluxo contínuo mínimo de pelo menos 2L/min 	<p>1. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente</p> <p>2. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento;</p> <p>3. Manual de operação.</p> <p>4. Bolsa protetora;</p> <p>5. Carrinho de transporte</p> <p>6. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p> <p>7. Fornecer bateria externa proporcional à quantidade prescrita de fluxo de oxigênio, para às viagens de avião com objetivo de</p>

	REGARREGAVEL, MODALIDADE FLUXO CONTINUO E PULSATIL, ACOMPANHA CARRINHO DE TRANSPORTE E TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS		tratamento de saúde. (Quantidade definida no documento MEDIF)
7	<p>492495-9 SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO, COM FLUXO DE 0,50 A 5 L/MIN, COM PESO MÁXIMO DE 15 KG, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V/60HZ, ACOMPANHA 2 CANULAS NASAIS, 2 UMIFICADORES, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS</p> <p>Obs.: Onde se lê: peso máximo de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxos de Oxigênio em litros/minuto: 0,5 até 5 L/min; • Grau de Pureza: 93% +/- 3% • Alarmes: Visual e Sonoro, para indicação de defeitos e intercorrências: Nível baixo de O2, falha elétrica, concentração de O2; • Filtros de remoção de poeiras e bactérias; • Peso máximo: 16,5kg • Nível máximo de ruído: máximo 48 decibéis; • Alimentação elétrica de 220 volts; • Móvel montado sobre rodízios; • Apresentar Registro na Anvisa. 	<p>1. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente.</p> <p>2. 02 umidificadores de O2</p> <p>3. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento;</p> <p>4. Manual de operação</p> <p>5. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p>

	15KG, leia-se peso máximo de 16,5KG.		
8	<p>492499-1: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO TORPEDO, COM VALVULA REGULADORA DE PRESSÃO, MANÔMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS, CAPACIDADE ATÉ 10M³, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com Válvula Reguladora de 4.0 a 10.0m³ • Fluxômetro • Capacidade mínima de 4m³ e máxima de 10m³, • Registro na ANVISA • Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir fixação adequada no domicílio do usuário; 2. Garantir todas as regras de segurança quanto ao uso do dispositivo; 3. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente 4. 02 umidificadores de O₂; 5. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento. 6. Possibilidade de fluxômetro adulto, pediátrico ou neonatal.
9	<p>492498-3: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO PORTÁTIL MEDICINAL, EM ALUMÍNIO, COM ALÇA DE TRANSPORTE, VALVULA, REGULADOR DE PRESSÃO, MANÔMETRO E FLUXOMETRO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com Válvula Reguladora de 1m³ • Fluxômetro • Registro na ANVISA • Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento; • Peso do cilindro de alumínio vazio < 5Kg; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação entre cilindro e carrinho de transporte que garanta mobilidade para transportar o cilindro; 2. Peso do cilindro cheio e carrinho < 10Kg; 3. Garantir todas as regras de segurança quanto ao uso do dispositivo; 4. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente 5. 02 umidificadores de O₂;

	INTEGRADOS NA VALVULA DO CILINDRO, CAPACIDADE DE 1M ³ , COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS.		6. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento. 7. Possibilidade de fluxômetro adulto, pediátrico ou neonatal.
10	228931-8: OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO OXIGENIO MEDICINAL NAO LIQUEFEITO, EM ESTADO GASOSO E ACONDICIONADO EM CILINDROS DE ALTA PRESSAO, GRAU DE PUREZA MINIMO DE 99,5%, COM CARACTERISTITA FISICO QUIMICA: INODORO, INSIPIO, NAO INFLAMAVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR 31,9988, PRODUTO SEM EFEITO TOXICOLOGICO. PARA SEREM ENVAZADOS NOS CILINDROS.	N/A	1. Garantir todas as regras de segurança quanto ao uso do dispositivo; 2. Educação do paciente, familiares e cuidadores

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O valor estimado global da contratação é de R\$ 11.812.035,36 (onze milhões, oitocentos e doze mil trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), em lote único.

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal,

embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Fonte: 0600 – SUS / 0500 – Tesouro Estadual

Unidade: 530408 – Hospital Otávio de Freitas

Programa: 10.302.0528.2393.B581

Ação: B581

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 Categoria Econômica: GD3 – CONSUMO

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. Em regra, contratação de serviços com itens ou lotes de valores estimados iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta) mil reais devem ser objeto de licitações exclusivas para ME, EPP e MEI (cota exclusiva), nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há lotes de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui itens ou lotes exclusivo à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

4.3.3. Uma vez que o preço anual estimado do lote deste processo supera individualmente o valor da receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006), não serão aplicados a tal lote os benefícios presentes nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 5º ao 7º do Decreto nº 45.140/2017, por disposição expressa no inciso I, do § 1º, do art. 4º, da lei nº 14.133/2021.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA

5.1.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

5.1.2. O objeto será executado por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado é o aberto-fechado.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que o objeto é composto por serviços padronizados de locação de equipamentos médico-hospitalares com características técnicas previamente definidas, o que permite a ampla comparação objetiva de preços e a participação competitiva de diversos fornecedores, justificando a adoção do pregão eletrônico, modalidade voltada à aquisição de bens e serviços comuns, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, o critério de julgamento pelo menor preço global por lote é o mais adequado diante da interdependência operacional entre os itens e da necessidade de controle técnico unificado do fornecimento e manutenção, evitando a fragmentação contratual e assegurando a padronização dos equipamentos, a rastreabilidade das entregas e a continuidade do serviço assistencial.

Por sua vez, o modo de disputa aberto-fechado favorece a obtenção da proposta mais vantajosa e a transparência do certame, ao permitir que os licitantes apresentem lances sucessivos em tempo real na etapa aberta, promovendo a concorrência, e, na sequência, consolidem suas ofertas finais em etapa fechada, o que evita lances meramente simbólicos e reduz o risco de comportamento colusivo. Essa combinação equilibra competitividade e economicidade, assegurando maior eficiência e segurança procedimental, conforme o art. 17, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1. Comprovação de Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, válida e vigente, que habilite a licitante ao exercício das atividades de fabricação, envase, distribuição, comercialização ou fornecimento de gases medicinais e de produtos sob vigilância sanitária. (Base legal: art. 50 da Lei nº 6.360/1976; Decreto nº 79.094/1977; RDC nº 870/2024).

5.3.1.2. Comprovação de Licença ou Alvará Sanitário em vigor, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal competente, em nome da empresa licitante, compatível com o ramo de atividade desenvolvida. (Base legal: art. 2º da Lei nº 6.360/1976).

5.3.1.3. Comprovação de regularização sanitária dos produtos e equipamentos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Saúde, mediante apresentação de cópia legível do registro sanitário, notificação ou ato formal de isenção, conforme o caso. (Base legal: arts. 12 e 50 da Lei nº 6.360/1976; RDC nº 870/2024; RDC nº 751/2022; IN nº 301/2024).

5.3.1.3.1. Caso o produto ou equipamento seja dispensado de registro sanitário, a licitante deverá apresentar cópia do ato que comprove a isenção, emitido pela ANVISA.

5.3.1.3.2. Cada item ofertado deverá indicar, quando aplicável, o número de registro ou notificação correspondente, conforme descrito no Termo de Referência.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.2.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.2.1.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem dizer respeito a prestação de serviços de locação de equipamentos médico-hospitalares.

5.3.2.1.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para o lote.

5.3.2.1.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.2.1.4. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados/certidões, por ratar-se de serviço assistencial de natureza essencial e ininterrupta, com risco à vida dos usuários em caso de falha operacional, exigindo experiência prévia relevante da licitante na execução de contratos com porte semelhante, de modo a demonstrar capacidade técnica mínima necessária à prestação adequada do objeto. O percentual de 40% (quarenta por cento), conforme admitido pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, preserva o equilíbrio entre a ampla competitividade e a segurança da execução contratual, especialmente em contratos de média ou alta complexidade operacional.

5.3.2.2. Responsável técnico habilitado para o exercício das atividades relacionadas à instalação, acompanhamento técnico, orientação terapêutica e suporte operacional dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços de oxigenoterapia e ventilação domiciliar, devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional competente — Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) — com registro profissional ativo, em conformidade com a legislação profissional vigente.

5.3.2.2.1. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa licitante deverá ocorrer mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) ficha ou livro de registro de empregados, contrato de trabalho firmado ou carteira profissional (CTPS), no caso de empregado pertencente ao quadro permanente da empresa;
- b) contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, nos termos da legislação civil vigente;
- c) contrato social ou ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no órgão competente, quando o profissional integrar o quadro societário da empresa licitante;
- d) declaração de compromisso de vinculação futura do profissional indicado, caso a licitante sagresse vencedora do certame, observada a obrigatoriedade de comprovação do vínculo para fins de assinatura do contrato.

5.3.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.3.1. Comprovação do Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote.

5.3.3.2. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

Ativo Total

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

Ativo Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

5.3.3.2.1. A adoção dos índices acima se mostra suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, uma vez que os indicadores de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) são reconhecidos como parâmetros adequados para avaliar a capacidade econômico-financeira da licitante em honrar compromissos de curto e longo prazo, especialmente em contratos continuados que envolvem fornecimento de bens com serviços técnicos associados. Ademais, os seus valores iguais ou superiores a 1 foram adotados para o presente certame, pois refletem um ponto de equilíbrio mínimo entre ativos e passivos, garantindo que a empresa dispõe de recursos suficientes para manter a operação contratual sem comprometer a sustentabilidade financeira. Essa escolha está alinhada com práticas correntes de avaliação da saúde financeira de fornecedores públicos, atende ao princípio da razoabilidade e está em consonância com a Súmula nº 289 do TCU, que veda o uso de índices baseados em rentabilidade ou lucratividade.

6. DO CONTRATO

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

6.1.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de atividade essencial à assistência à saúde de pacientes crônicos e dependentes de suporte ventilatório e oxigenoterapia em domicílio, cuja execução não pode sofrer interrupções sob pena de grave risco à vida e à saúde dos usuários.

A continuidade do objeto é necessária para assegurar a manutenção ininterrupta do PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, instituído no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, o qual presta suporte diário e prolongado a centenas de pacientes em situação de alta vulnerabilidade clínica.

Além disso, o serviço envolve atividade permanente e previsível, que integra a rotina assistencial da SES-PE, com demanda constante e natureza operacional que exige manutenção, acompanhamento técnico e capacidade de resposta rápida e padronizada, características típicas dos serviços continuados, conforme previsão do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.2.1. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.3.1. Ao final da presente contratação, a empresa deverá entregar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o término do contrato, relatório completo e atualizado contendo a relação nominal dos pacientes atendidos, o tipo de equipamento fornecido, número de série, endereço de instalação e condições de funcionamento de cada item, a fim de garantir a prestação de serviço pela sua sucessora;

6.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.4.1. As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

6.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.5.1. As obrigações da Contratada encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato anexa ao Edital da presente licitação.

6.6. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.6.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.2. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

6.7. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

6.7.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que a execução dos serviços contratados exige padronização operacional, controle logístico unificado, cumprimento de prazos críticos e responsabilização técnica direta, condições que podem ser prejudicadas com a descentralização ou repasse de parte da execução a terceiros. Foi constatado que a prestação do serviço pode ser realizada integralmente por empresas especializadas do setor, sem necessidade de divisão técnica ou operacional, e que a eventual subcontratação não apresenta vantagens técnicas ou econômicas à Administração Pública, podendo inclusive comprometer a qualidade e a continuidade do atendimento aos pacientes assistidos pelo PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

6.8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.8.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

6.8.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de telefone (81) 3182-8609 e/ou e-mail: odpvni@gmail.com, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

6.8.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Rua Aprígio Guimarães, 600, bairro de Tejiptio, Recife/PE.

6.8.4. A Gestão da presente contratação ficará a cargo do setor da Pneumologia.

6.8.5. A Fiscalização da presente contratação ficará a cargo do setor da Reabilitação.

7. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

7.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

8. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

8.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

8.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

8.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

8.2.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de proposta

Anexo B – Modelo de ordem de serviço

Anexo C – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Anexo D – Quadro Resumo

Anexo E – Descrição das máscaras.

Recife, *data da assinatura eletrônica*.

Thayse Neves Santos Silva Matrícula 246.004-1

Fisioterapeuta

SES – Programa de Oxigenoterapia Domiciliar do Hospital Otávio de Freitas

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Serviço (Atualizado em 04/06/2025), Minuta do Contrato de Serviço (Atualizada em 28/05/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2025).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
--------------------------	------------

ANEXO A
MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do proponente)

(A proposta de preços poderá conter Detalhamentos e Planilhas Estimativas de Custos e Formação de Preços, conforme o caso concreto)

À
SECRETARIA _____
PROCESSO _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Nº _____

Prezados

Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos e de acordo com a planilha abaixo detalhada:

Lote						
Item	Código E-Fisco	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1					R\$	R\$
2					R\$	R\$
3					R\$	R\$
4					R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração do licitante.

DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Recife, _____ de _____ de 202____.

Assinatura

Cargo

ANEXO B

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

(Utilizar MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO se adequar-se ao caso concreto)
(PAPEL TIMBRADO DA CONTRATANTE)

LOTE/ITEM _____

OS Nº:	____ / 20 ____			
CONTRATO Nº:	____ / 20 ____ (PROCESSO LICITATÓRIO: _____)			
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	De ____ / ____ / 20____ a ____ / ____ / 20____			
INÍCIO DA EXECUÇÃO:	____ / ____ / 20____			
PRAZO PARA EXECUÇÃO:	Informar o prazo e o item do contrato o qual se refere			
CONTRATANTE:	Informar o setor e o órgão/entidade responsável			
CONTRATADA:				
OBJETO:				
ITEM/LOTE	CÓDIGO E-FISCO	DESCRIÇÃO	QUANT.	
1		Informar as atividades e/ou referenciar os itens do TR os quais se referem		
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
	TOTAL			

Os serviços deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Recife, ____ de _____ de 20____.

Nome/Cargo/Matrícula do responsável do órgão/entidade

Representante legal da empresa

ANEXO C
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do requisitante

Número SEI: 2300002183.000002/2025-68

Órgão/Entidade: Hospital Otávio de Freitas/SES-PE

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR - PNEUMOLOGIA

Responsável/Equipe de planejamento da demanda: BRUNO DE LIMA RIBEIRO E THAYSE NEVES SANTOS SILVA

Contato do responsável: Fone (81) 3182-8609

E-mail institucional: odpvni@gmail.com

Preâmbulo

Considerando a necessidade de disciplinar os documentos da fase preparatória das contratações da Administração Pública Estadual relativos aos processos de licitação, o Decreto N° 53.384 de 22/08/2022 discorre sobre as exigências da fase preparatória dos processos licitatórios e das contratações diretas, as quais são caracterizadas pelo planejamento compatível com o Plano de Contratações Anual - PCA, conforme estabelecido em regulamento específico. Compreende-se como etapa inicial, a solicitação de contratação do serviço acompanhada do Documento de Formalização da Demanda - DFD e a elaboração do estudo técnico preliminar - ETP.

O ETP é o documento que evidencia o problema a ser resolvido para satisfação do interesse público, bem como a melhor solução dentre as possíveis, servindo de base à elaboração do termo de referência e dos demais documentos técnicos. Apesar da prestação de serviço a ser licitada, referente ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, não ser inédita no âmbito do Estado de Pernambuco, pois este serviço de assistência à saúde pública de Pernambuco existe desde 2013, a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária em razão da obrigatoriedade estabelecida no inciso VI do art. 7º do Decreto Estadual nº 53.384/2022, aplicável às contratações de aquisição de bens ou prestação de serviços cujo valor estimado supere R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

1. Descrição da necessidade da contratação

Desde 2013, o PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR do Estado de Pernambuco, é responsável pela assistência à saúde de pacientes com diagnóstico de doenças neuromusculares raras com insuficiência ventilatória, pacientes com hipoxemia crônica (oxigenação insuficiente) consequente a doenças respiratórias crônicas, apneia obstrutiva do sono, hipoventilação da obesidade, assim como outras condições que cursem com hipoventilação noturna.

Em números mais atualizados, 1626 pacientes estão sob assistência pelo PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR. Muitos desses pacientes se apresentam extremamente dependentes dos equipamentos fornecidos pelo programa, como

crianças com amiotrofias espinhais (AME), adultos com esclerose lateral amiotrófica (ELA), entre outros distúrbios neuromusculares responsáveis por paralisia dos músculos esqueléticos, inclusive dos músculos respiratórios, com consequente respiração dependente 24 horas de um ventilador mecânico;

O suporte ventilatório convencional, a grande parte desses pacientes, incluiria internamento hospitalar, modelo de tratamento mais oneroso para o Estado considerando não apenas o custo mensal do internamento, como a carência de leitos especializados para tal fim. No entanto, o aperfeiçoamento das tecnologias dos dispositivos ventilatórios tem permitido a “assistência ventilatória não invasiva domiciliar” que determina melhor expectativa de vida, menor prevalência de infecções respiratórias e menor impacto econômico referente a demandas hospitalares. A necessidade de assistência a pacientes com demandas urgentes de suporte à respiração e, portanto, à manutenção da vida, gerou, por muito tempo, ações judiciais que impactavam administrativamente o Estado.

Importante ressaltar que o PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, representa um dos maiores e mais completos serviços de distúrbios respiratórios do sono do Brasil, com diagnóstico, tratamento e seguimento clínico. Os distúrbios respiratórios do sono, com suas repercussões clínicas comprovadas, estão associados ao comprometimento da execução de atividades laborais, assim como, à maior prevalência de distúrbios cardiovasculares, cerebrovasculares e metabólicos. Exemplificando, o infarto agudo do miocárdio e os acidentes vasculares cerebrais exigem procedimentos terapêuticos de alto custo além de provocar internamento hospitalar especializado prolongado.

Além dos pacientes assistidos por dispositivos que atuam diretamente na ventilação pulmonar, atualmente existem aproximadamente mais de 200 pacientes usuários de oxigênio domiciliar. O desenvolvimento tecnológico permitiu “oxigenioterapia domiciliar e oxigenioterapia móvel”, fatos determinantes de melhor expectativa de vida, maior independência funcional, manutenção da capacidade produtiva, menor internamento hospitalar, menor mortalidade e menor impacto econômico às finanças públicas. Estes pacientes com hipoxemia crônica, decorrentes de pneumopatias diversas, estariam internados em ambiente hospitalar, ocupando leitos clínicos especializados, tão raros e dispendiosos ao SUS; quando comparamos o custo/mês de um paciente em oxigenioterapia domiciliar e o custo por leito hospitalar de um internamento/mês, podemos julgar a vantajosidade da assistência domiciliar.

Corroborando com os fatos descritos acima, deve-se considerar também a importância do Serviço de Pneumologia e Reabilitação pulmonar do Hospital Otávio de Freitas como referências no Estado para a assistência de distúrbios respiratórios agudos e crônicos, e seu histórico, como responsável por instituir importantes protocolos para tratamento de doenças específicas de alto custo, como: tuberculose multi droga resistente, oxigenioterapia domiciliar, ventilação não invasiva domiciliar, asma grave, hipertensão arterial de pulmão, doenças intersticiais do pulmão, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica – DPOC;

Assim, considerando a característica ININTERRUPTA deste Programa, os gestores administrativos e financeiros responsáveis possuem todos os motivos legais para minimizarem ou excluírem a possibilidade de interrupção ou suspensão, mesmo que por breves períodos, da disponibilização dos equipamentos fornecidos pelo PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR.

Por fim, considerando o Art. 196. da Constituição Federal no qual, apresenta: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Solicitamos a abertura de novo processo licitatório que permita a continuidade da execução do PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, cujo responsável, o Estado de Pernambuco, elegeu o Hospital Otávio de Freitas, em 2013, como gestor do Programa. Assim, esse processo se destina à contratação de empresa especializada em locação de equipamentos para oxigenoterapia e ventilação não invasiva, para atender ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, através da instalação, carga, recarga, manutenção e treinamento para atendimento das necessidades dos pacientes assistidos pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, indispensáveis para o bom atendimento, melhoria de saúde e manutenção da vida do usuário.

2. Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão/entidade

O serviço ora mencionado está incluído no PCA. 056.HOF/2026 (Doc. SEI nº [74376089](#)), por meio do DFD.013.HOF/2025 (Doc. SEI nº [74374822](#)), elaborado nos termos do Decreto nº 55.861/2023, estando devidamente registrado para execução no período programado.

3. Descrição dos requisitos da contratação

A contratação pretendida deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e assistenciais mínimos necessários à garantia da continuidade do Programa de Síndromes de Hipóventilação e Oxigenoterapia Domiciliar do Estado de Pernambuco, assegurando atendimento seguro, eficiente e ininterrupto aos pacientes assistidos, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da legislação sanitária aplicável.

O objeto contempla a locação de equipamentos com instalação, carga e recarga, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e acessórios, fornecimento de insumos e treinamento aos usuários e profissionais de saúde, conforme os requisitos técnicos exigidos em cada item (CPAP, binível, ventiladores com suporte à vida, concentradores fixos e portáteis, cilindros, oxigênio medicinal, dispositivos de tosse mecânica etc.).

Além da entrega domiciliar, a empresa deverá garantir o cumprimento de exigências específicas quanto à conectividade, telemonitoramento automático, reposição emergencial, interfaces pediátricas e adulto, registro na ANVISA, fornecimento de dispositivos auxiliares, e prazos rígidos de atendimento conforme a gravidade clínica do paciente. A contratação terá prazo inicial de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, visando atender à previsão de crescimento da demanda assistencial, conforme série histórica do Programa.

ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES:

ITEM	DESCRIÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS DO DISPOSITIVO:	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:
------	-----------	------------------------------------	----------------------------

1	<p>492801- 6: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA DE PRESSÃO POSITIVA CONTINUA NAS VIAS AÉREAS, MODO CPAP, COM INTERVALO DE PRESSÃO DE 04 A 20 CMH20, COM TEMPO DE RAMPA DE 0 5 A 45,00MI, COM UMIDIFICAÇÃO AÉREA DO TIPO AQUOSA, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS Obs.: Onde se lê: 0 A 45,00MI, leia-se mínima 5 A 45,00MI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Intervalo mínimo de Pressão: 04 a 20 cmH20 • Fornecer modalidade terapêutica com ajuste automático de Pressão • Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica • Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático • Rampa: mínima de 5 a 45 minutos • Dispositivo de Conforto expiratório/ Alívio expiratório/Umidificação integrada • Ajuste/compensação automática de altitude • Alimentação Elétrica Bivolt • Visor em LCD • Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia de Apneia do Sono. • Apresentar Registro na Anvisa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; mentoneira (se necessário); Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação; 2. Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas; 3. As interfaces devem ser ventiláveis; 4. Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio; 5. Garantia do fabricante e registro ANVISA. 6. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou fisioterapêutica; ou seja, apresentar possibilidade de interface pediátrica e adulto ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem estar dentro das opções apresentadas em anexo (ANEXO E); 7. Garantir que o aparelho tenha possibilidade de conectividade e telemonitorização.
---	--	--	--

2	<p>492804-0: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO VENTILADOR PNEUMÁTICO, PORTÁTIL, HABILITADO PARA VENTILAÇÃO INVASIVA E NÃO INVASIVA, ACOMPANHA BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 6 HORAS, MODOS VENTILATORIOS COM CONTROLE DE PRESSÃO E VOLUME, CONTROLES PARA IPAP 4-50 CMH₂O E EPAP 4-25 CMH₂O, PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS A PARTIR DE 5KG, COM CIRCUITO E MÁSCARA VENTILÁVEL E/OU PEÇA BUCAL, COM CALIBRAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequado ao uso em pacientes adultos e pediátricos (a partir de 5 Kg). • Registro como ventilador pneumático portátil com possibilidade de uso contínuo, ou seja, habilitado para ventilação invasiva e não invasiva superior a 16 horas por dia. • Deve contemplar os modos ventilatórios mínimos com controle tanto à pressão quanto à volume: CPAP, S, S/T, T, PC ou PAC ou similar, CV ou PACV ou similar, AC ou ACV ou similar, IVAPS, AVAPS ou similar, SIMV nas modalidades pressóricas e volumétricas; • Sensibilidade e ciclagem ajustadas manualmente ou de forma automática; • Garantir compensação automática na presença de vazamento; • Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica • Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático • Garantir: <ul style="list-style-type: none"> • Intervalo mínimo de IPAP de 4 a 50cmH₂O; • Intervalo mínimo de EPAP de 4 a 25cm H₂O; • Intervalo mínimo de Frequência respiratória de 2 a 50 ipm; • Intervalo mínimo de Volume corrente de 50 a 2000mL; • Alarmes de falha elétrica, desconexão, apneia, volume minuto baixo; • Monitoramento: fuga, frequência respiratória, volume-minuto, volume estimado; • Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia; • Alimentação elétrica bivolt 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação; 2. Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas; 3. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou fisioterapêutica; ou seja, apresentar possibilidade de interface pediátrica e adulto ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem estar dentro das opções apresentadas em anexo (ANEXO E); 4. Garantir interface para pacientes traqueostomizados; 5. As interfaces devem ser ventiláveis; 6. Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio; 7. Fornecer dispositivo para aquecimento e umidificação aquosa de forma acoplada/integrada ou adaptada ao ventilador;
---	---	---	--

		<p>110/220 volts automático;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bateria interna recarregável com autonomia mínima de 6h; • Fornecer bateria externa quando solicitado/prescrito; • Apresentar Registro na Anvisa. 	<p>8. Entrega de NoBreak compatível à potência do dispositivo.</p> <p>9. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p> <p>10. Fornecer um ambu com máscara de coxim inflável, compatíveis a idade e peso do paciente, como estratégia de segurança.</p>
3	<p>492802-4: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA, EM DOIS NÍVEIS DE PRESSÃO, MODOS CPAP E BINÍVEL, INTERVALO MÍNIMO IPAP DE 4 A 25CMH₂O E EPAP DE 4 A 20CMH₂O, ENTREGA DE CIRCUITO SIMPLES COM MÁSCARA NASAL OU FACIAL, BOLSA PARA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gerador de fluxo com dois níveis de pressão • Fornecer modalidade terapêutica com ajuste automático de Pressão • Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica • Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático • Visor em LCD com indicadores numéricos de parâmetros ajustáveis • Garantir compensação automática na presença de vazamento; • Umidificação acoplada/integrada ou adaptada com controle de temperatura automática; • Garantir: • Intervalo mínimo de IPAP de 4 a 25cmH₂O, • Intervalo mínimo de EPAP de 4 a 20cm H₂O, • Rampa mínima de 5 a 45min 	<p>1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação;</p> <p>2. Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas;</p> <p>3. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou fisioterapêutica; ou seja,</p>

	TRANSPORTE E FILTRO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSICAO DE PECAS	<ul style="list-style-type: none"> • Dispositivo de Conforto expiratório/ Alívio expiratório • Ajuste/compensação automática de altitude • Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia. • Alimentação elétrica bivolt 110/220 volts automático; • Apresentar Registro na Anvisa 	<p>apresentar possibilidade de interface pediátrica e adulto ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem está dentro das opções apresentadas em anexo (ANEXO E);</p> <p>4. Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio; As interfaces devem ser ventiláveis;</p> <p>5. Garantir que o aparelho tenha possibilidade de conectividade e telemonitorização.</p> <p>6. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p>
4	496851- 4: SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO APARELHO PROMOVEDOR DE VENTILAÇÃO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, COM SISTEMA CAPAZ DE GARANTIR VOLUME MEDIO TIPO "AVAPS" OU "IVAPS", COM INTERVALOS MINIMO IPAP DE 4 A 30CMH2O E EPAP DE 4 A 20CMH2O, COM FREQUENCIA RESPIRATORIA PROGRAMAVEL,	<ul style="list-style-type: none"> • Adequado ao uso em pacientes adultos e pediátricos; • Gerador de fluxo com dois níveis de pressão, • Fornecer curvas de fluxo para análise de eficiência terapêutica • Conectividade com plataformas para emissão de relatórios de adequação terapêutica e telemonitoramento automático • Deve contemplar os modos ventilatórios mínimos de pressão espontâneo, espontâneo/controlado, controlado (S, ST, T) OU SIMILARES; • Garantia de volume médio através da oscilação da pressão de suporte inspiratório na modalidade "AVAPS" / "IVAPS"; • Visor em LCD com indicadores numéricos de parâmetros ajustáveis; • Garantir compensação automática na presença de vazamento; • Umidificação acoplada/integrada 	<p>1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com Máscara nasal ou facial completa; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias incompatíveis ao uso; Bolsa para transporte; Filtros, Manual de operação;</p> <p>2. Garantir o fornecimento de filtros ao HOF para troca imediata à identificação da necessidade pelos profissionais médicos e/ou fisioterapeutas;</p> <p>3. Garantir entrega de tipo interface de acordo com prescrição médica e/ou fisioterapêutica; ou seja, apresentar possibilidade de interface pediátrica e adulto</p>

<p>PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS, ACOMPANHANDO CIRCUITO E MÁSCARA FACIAL OU NASAL VENTILÁVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS</p>	<p>com controle de temperatura automática;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir: • Intervalo mínimo de IPAP de 4 a 30cmH₂O, • Intervalo mínimo de EPAP de 4 a 20cm H₂O, • Sensibilidade e ciclagem ajustadas manualmente ou de forma automática • Alarmes de falha elétrica, desconexão, apneia, volume minuto baixo. • Monitoramento: vazamento não intencional ou fuga total, frequência respiratória, volume- minuto, volume estimado; • Rampa de 5 a 45min; • Dispositivo de Conforto expiratório/ Alívio expiratório; • Ajuste/compensação automática de altitude; • Armazenamento de dados no aparelho e/ou cartão de memória para acompanhamento da terapia; • Alimentação elétrica bivolt 110/220 volts automático; • Apresentar Registro na Anvisa. 	<p>ventiladas; nos modelos nasal, oral e facial/oronasal com e sem apoio de testa; nos tamanhos P, M e G. As máscaras ofertadas devem estar dentro das opções apresentadas em anexo (ANEXO E);</p> <p>4. As interfaces devem ser ventiláveis; Fornecer conector para oxigênio de 22 mm, para assistir pacientes dependentes de oxigênio;</p> <p>5. Garantir que o aparelho tenha possibilidade de conectividade e telemonitorização.</p> <p>6. Garantir possibilidade de prescrição de dispositivos compatíveis para crianças com peso a partir de 10 Kg na proporção de um para cada 10 dispositivos para peso superior.</p> <p>7. Garantir possibilidade de prescrição de dispositivos COM mecanismo de SERVO-ALIMENTAÇÃO COM AUTO-AJUSTE DE EPAP na proporção de um para cada 25 dispositivos ACIMA descritos; Caso não haja tecnologia de conectividade disponível para as funções explicitadas, dispensa-se, neste caso, a conectividade;</p> <p>8. Fornecer dispositivo para aquecimento e umidificação aquosa de forma acoplada/ integrada ou adaptada ao ventilador.</p> <p>9. Entrega de NoBreak compatível à potência do dispositivo.</p> <p>10. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p> <p>11. Fornecer um ambu com</p>
--	---	--

			máscara de coxim inflável, compatíveis a idade e peso do paciente, como estratégia de segurança.
5	<p>492798-2: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO PULMONAR - DO TIPO MECÂNICO, QUE SIMULA A TOSSE NATURAL ATRAVÉS DA APLICAÇÃO GRADUAL DE UMA PRESSÃO POSITIVA NAS VIAS ÁREAS, A QUAL MUDA RAPIDAMENTE PARA UMA PRESSÃO NEGATIVA, PRESSÃO POSITIVA E NEGATIVA AJUSTÁVEL, MODOS MANUAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aparelho indicado para terapia de tosse mecânica de Insuflação-Exsuflação com modos manual e automático (intervalo mínimo de pressão para Insuflação: 5 a 70 cmH₂O e para Exsuflação: 0 a 70 cmH₂O) com sensor de disparo automático, automático e possibilidade de ajuste da oscilação de fluxo. • O aparelho deve garantir: <ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorização de volume corrente, pico de fluxo da tosse, tempo inspiratório e tempo expiratório; 2. Possibilidade de uso nos modos manual e automático; 3. Opção de prescrição dupla/tripla; 4. Capacidade para armazenamento de dados em cartão; 5. Compatível com oxigênio suplementar; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir todas as condições e acessórios necessários ao funcionamento e uso do dispositivo, ou seja: Entrega de Circuito simples com facial completa adulto e pediátrica; Substituição do circuito e/ou máscara nos casos de avarias; Bolsa para transporte; Filtro e Manual de operação. 2. Fornecer as possíveis interfaces, adaptador de traqueostomia e/ou bucal, de acordo com a prescrição do médico ou fisioterapeuta.

	<p>E AUTOMÁTICO, INTERVALO DE PRESSÃO PARA INSUFLAÇÃO DE 0 A 70 CMH₂O E PARA EXSUFLAÇÃO DE 0 A - 70CMH₂O, ACOMPANHA CIRCUITO E MÁSCARA FACIAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.</p> <p>Obs.: Onde se lê: intervalo de pressão para insuflação de 0 A 70 CMH₂O, leia-se intervalo mínimo para pressão insuflação de 5 A 70 CMH₂O.</p>	<p>6. Bivolt; 7. Registro ANVISA.</p>	
6	<p>613730-0: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL, COM GARANTIA DE FLUXO CONTÍNUO MÁXIMO DE PELO MENOS 2L/MIN, PESO INFERIOR A 10KG, PUREZA MÍNIMA DE OXIGÊNIO OFERECIDO $\geq 85 \pm 3\%$ EM FLUXO ≥ 2L/MIN, BATERIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade por fluxo contínuo e pulsátil; • Alarme para baixa pureza de oxigênio; • Bateria recarregável; • Pureza do oxigênio fornecido $\geq 85\%$ • Peso inferior a 10Kg; • Garantir fluxo contínuo mínimo de pelo menos 2L/min 	<p>1. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente</p> <p>2. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento;</p> <p>3. Manual de operação.</p> <p>4. Bolsa protetora;</p> <p>5. Carrinho de transporte</p> <p>6. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p> <p>7. Fornecer bateria externa proporcional à quantidade prescrita de fluxo de oxigênio, para às viagens de avião com objetivo de</p>

	REGARREGAVEL, MODALIDADE FLUXO CONTINUO E PULSATIL, ACOMPANHA CARRINHO DE TRANSPORTE E TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS		tratamento de saúde. (Quantidade definida no documento MEDIF)
7	492495-9 SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO, COM FLUXO DE 0,50 A 5 L/MIN, COM PESO MAXIMO DE 15 KG, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V/60HZ, ACOMPANHA 2 CANULAS NASAIS, 2 UMIFICADORES, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS Obs.: Onde se lê: peso máximo de	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxos de Oxigênio em litros/minuto :0,5 até 5 L/min; • Grau de Pureza: 93% +/- 3% • Alarmes: Visual e Sonoro, para indicação de defeitos e intercorrências: Nível baixo de O2, falha elétrica, concentração de O2; • Filtros de remoção de poeiras e bactérias; • Peso máximo: 16,5kg • Nível máximo de ruído: máximo 48 decibéis; • Alimentação elétrica de 220 volts; • Móvel montado sobre rodízios; • Apresentar Registro na Anvisa. 	<p>1. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente.</p> <p>2. 02 umidificadores de O2</p> <p>3. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento;</p> <p>4. Manual de operação</p> <p>5. Garantia do fabricante e registro ANVISA.</p>

	15KG, leia-se peso máximo de 16,5KG.		
8	<p>492499-1: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO TORPEDO, COM VALVULA REGULADORA DE PRESSÃO, MANÔMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS, CAPACIDADE ATÉ 10M³, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com Válvula Reguladora de 4.0 a 10.0m³ • Fluxômetro • Capacidade mínima de 4m³ e máxima de 10m³, • Registro na ANVISA • Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir fixação adequada no domicílio do usuário; 2. Garantir todas as regras de segurança quanto ao uso do dispositivo; 3. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente 4. 02 umidificadores de O₂; 5. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento. 6. Possibilidade de fluxômetro adulto, pediátrico ou neonatal.
9	<p>492498-3: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO PORTÁTIL MEDICINAL, EM ALUMÍNIO, COM ALÇA DE TRANSPORTE, VALVULA, REGULADOR DE PRESSÃO, MANÔMETRO E FLUXOMETRO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com Válvula Reguladora de 1m³ • Fluxômetro • Registro na ANVISA • Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento; • Peso do cilindro de alumínio vazio < 5Kg; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação entre cilindro e carrinho de transporte que garanta mobilidade para transportar o cilindro; 2. Peso do cilindro cheio e carrinho < 10Kg; 3. Garantir todas as regras de segurança quanto ao uso do dispositivo; 4. 02 interfaces para administração do oxigênio, garantindo a possibilidade de cânulas nasais, máscaras faciais e máscaras para traqueostomia, compatíveis a idade e peso do paciente 5. 02 umidificadores de O₂;

	INTEGRADOS NA VALVULA DO CILINDRO, CAPACIDADE DE 1M ³ , COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS.		6. Todos os dispositivos e acessórios necessários ao funcionamento do equipamento. 7. Possibilidade de fluxômetro adulto, pediátrico ou neonatal.
10	228931-8: OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO OXIGENIO MEDICINAL NAO LIQUEFEITO, EM ESTADO GASOSO E ACONDICIONADO EM CILINDROS DE ALTA PRESSAO, GRAU DE PUREZA MINIMO DE 99,5%, COM CARACTERISTITA FISICO QUIMICA: INODORO, INSIPIO, NAO INFLAMAVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR 31,9988, PRODUTO SEM EFEITO TOXICOLOGICO. PARA SEREM ENVAZADOS NOS CILINDROS.	N/A	1. Garantir todas as regras de segurança quanto ao uso do dispositivo; 2. Educação do paciente, familiares e cuidadores

ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES DO REFERENTE SERVIÇO DE LOCAÇÃO:

Fornecer ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, em sistema de comodato, enquanto durar o serviço de locação, condições necessárias ao ajuste/prescrição adequada dos dispositivos. Assim, deverão ser disponibilizados ao hospital imediatamente ao início da execução do contrato os seguintes itens:

1. Dispositivo para poligrafia de sinais respiratórios durante o sono. Quantidade: 06
2. Binível igual ao fornecido pelo contrato, com telemonitoramento automático, com Módulo compatível/acoplável para análise concomitante de oximetria periférica, para titulação de parâmetros. Quantidade: 03

3. Módulo, cabo e sensor de oximetria compatível/acoplável ao dispositivo de terapia pressórica para análise concomitante de oximetria periférica e curvas de fluxo. Quantidade: 08
 4. Dispositivo para avaliação de oximetria noturna (polissonografia tipo IV) com registro dos sinais e fornecimento de relatório diagnóstico para posterior análise, sem restrição no número de relatórios. Quantidade: 04
 5. Dispositivo para avaliação de volumes e capacidades pulmonares tipo ventilômetro analógico. Quantidade: 01
 6. Dispositivo para avaliação não invasiva do CO₂ (capnografia transcutânea) com gravação do registro para posterior análise. Quantidade: 01
 7. Dispositivo de oxigenioterapia do tipo concentrador portátil igual ao fornecido pelo contrato, para que o prescritor e o fisioterapeuta realizem testes de desempenho nas diversas condições clínicas, e assim a prescrição ocorra segundo boa resposta aos testes físicos. Quantidade: 01
 8. Auto Binível com telemonitoramento automático, com Módulo compatível/acoplável para análise concomitante de oximetria periférica, para titulação de parâmetros. Quantidade: 02
 9. Dispositivo de terapia por pressão positiva com servoventilação adaptativa, com telemonitoramento automático, com Módulo compatível/acoplável para análise concomitante de oximetria periférica, para titulação de parâmetros. Quantidade: 01
 10. Computador laptop, com sistema operacional Windows 11 (com configuração capaz de suportar atualização do sistema operacional, quando disponível), leitor de cartão SD, acesso à internet (rede e/ou wi-fi) e um celular com capacidade de dados para realização de videochamada. Estas exigências garantirão a operacionalização contínua do telemonitoramento e teleconsultas, a análise dos dados dos dispositivos e a rápida intervenção quando necessária. Os dados tratados seguirão a Legislação Geral de Proteção de Dados (LGPD) vigente. Quantidade: 02 (um de cada).
- O fornecedor deverá ainda garantir:
- Um canal de comunicação dos usuários e prescritores com a empresa locatária para suporte 24 horas;
 - Telemonitoramento automático em todos os dispositivos de Terapia por Pressão Positiva;
 - Fornecer baterias extras para o concentrador de oxigênio portátil quando o paciente tiver consulta agendada em serviço de transplante pulmonar que necessite de transporte aéreo, de acordo com o prescrito no MEDIF (formulário médico que atesta as informações de um passageiro com alguma condição de saúde específica ou que necessita de assistência especial durante um voo);
 - A entrega dos dispositivos segundo agendamento semanal na data e horário programado;
 - Um oxímetro portátil, um ambu e 02 (duas) máscaras para cada Ventilador de suporte básico à vida entregue.
 - Especificação técnica dos oxímetros: oxímetro portátil - equipamentos multiparamétricos baseado na espectrofotometria, emitindo luzes vermelha (aprox. 660 nm) e infravermelha (aprox. 940 nm) para detectar a oxigenação. Devem ser alimentados na rede elétrica (220V), com autonomia de bateria (superior a 1h), possuir tela em cristal líquido, com no mínimo estes parâmetros: oximetria periférica, frequência cardíaca e curva de pulso. Com alarme sonoro e visual dos parâmetros analisados, com possibilidade de edição dos parâmetros. Faixa de medição de 0 a 100%. Acurácia de $\pm 2\%$ no intervalo de 70% a 100%. Faixa de frequência de pulso (bpm): entre 25 a 250 bpm, com precisão de 1 bpm ou 1%.

- Um quantitativo mínimo de 50 filtros no próprio HOF para que a equipe tenha autonomia quanto ao momento de troca dos mesmos;
- Especificação técnica dos filtros: Serão filtros colocados no compartimento de entrada de ar dos equipamentos disponibilizados no edital (que se façam necessários), com o objetivo de proteger o paciente e o próprio equipamento. São feitos de material sintético/fibra, e utilizados para filtrar partículas finas. As dimensões, periodicidade de troca e dispositivos correlatos, estão diretamente ligadas ao tipo e orientações do fabricante dos aparelhos fornecidos no final da concorrência.
- Troca das interfaces programadas com intervalo máximo de 12 meses, de acordo com agendamento sinalizado pela equipe; A confirmação das entregas deverá ser apresentada ao Hospital Otávio de Freitas (HOF), por meio de e-mail, com a nota eletrônica assinada pelo paciente ou acompanhante em anexo.
- Para substituição de interfaces em caráter de urgência, por situações adversas, deve ser disponibilizado quantitativo mínimo equivalente à 2% do número de pacientes em uso de máscaras, distribuídos nos diversos modelos e tamanhos ofertados, no próprio HOF para que a equipe tenha autonomia quanto ao momento de troca dos mesmos; A reposição deverá ocorrer semanalmente, de acordo com a prestação de contas, referente às máscaras usadas e para que pacientes. Por exemplo, para 1500 pacientes, devem ser disponibilizadas 30 máscaras.
- Disponibilizar o portfólio de modelos e tamanhos das máscaras que poderão ser dispensadas para julgamento clínico e melhor prescrição e teste das mesmas; (EM ANEXO E)
- O treinamento da equipe de fisioterapeutas e médicos sobre os dispositivos dispensados com especialistas clínicos em ventilação e oxigenioterapia

Garantir assistência ao Serviço de Telemonitoramento, segundo as exigências descritas abaixo:

Os pacientes que passarem pelo processo inicial de adaptação (3meses) e estiverem atingido os critérios de boa adaptação e adequação terapêutica (tempo de uso > 4h em pelo menos 70% dos dias, vazamento não intencional controlado, IAH<5 eventos por hora, sem queixas de fadiga ou sonolência residual) serão sinalizados pela equipe do Programa para que a contratada possa participar do processo de telemonitoramento a longo prazo.

O processo de telemonitoramento garantirá controle do uso dos recursos e eficiência terapêutica. A execução das etapas mecânicas e automáticas do processamento dos dados do telemonitoramento pela empresa contratada permitirá que a equipe do programa direcione seus esforços aos pacientes mais graves e com problemas no processo de adesão e adaptação à terapia por pressão positiva. Para isso, a contratada deverá seguir as orientações e exigências descritas abaixo:

Entregar relatórios mensais ou trimestrais de acordo com o tempo de adesão ao tratamento. A saber:

- Relatórios mensais para os pacientes em Ventilação mecânica através de Suporte à vida ou Binível, assim como para os pacientes em CPAP com menos de seis meses de tratamento.
- Relatórios trimestrais para os pacientes em CPAP com tempo de uso superior à seis meses de tratamento.

Os relatórios, de cada grupo previamente sinalizado pela equipe do Programa, devem conter dados percentuais (%) e absolutos(n) referentes à adesão (tempo de uso > 4h em pelo menos 70% dos dias), vazamento não intencional controlado, eventos controlados (IAH<5 eventos por hora), controle das queixas de fadiga e sonolência residual. Conforme apresentado na figura abaixo. Para

os pacientes em Ventilação mecânica através de Suporte à vida ou Binível, incluir os dados referentes à volume corrente, frequência respiratória, relação I:E, % de acionamento respiratório.

Adesão		Vazamento controlado		IAH <5		Sonolência residual		Fadiga Residual	
Excelente	%(n)	Sim	%(n)	sim	%(n)	sim	%(n)	Sim	%(n)
Muito boa	%(n)								
Boa	%(n)	Não	%(n)	não	%(n)	não	%(n)	Não	%(n)
Ruim	%(n)								

Os relatórios devem conter a relação nominal dos pacientes que apresentarem não conformidade terapêutica para que consultas sejam agendadas com a equipe responsável pelo programa, para que o problema seja solucionado com máxima brevidade.

A equipe responsável pelo Programa disponibilizará à contratada, o acesso a uma planilha de controle, como EDITOR, para que os dados individualizados, referentes aos relatórios, sejam dispostos mensalmente, e assim possam ser conferidos e auditados de forma automática.

Na mesma planilha deverão ser adicionadas informações sobre a máscara em uso, como: tempo de uso, data provável de troca, modelo e tamanho. Assim como dados referentes aos prazos de troca dos filtros dos equipamentos.

A contratada também deverá manter um canal de comunicação informativa com os pacientes, através de WhatsApp. As denominações dos grupos, os pacientes integrantes, assim como a programação das mensagens, serão sinalizados mensalmente pela equipe responsável pelo Programa. A contratada terá um prazo de 72h para colocar o grupo em atividade.

Exemplos da Programação das mensagens:

- Conteúdos informativos sobre higiene do sono, horário de alimentação e sono, sono segundo faixa etária, horário de alimentação e sono, efeitos do café no sono, exercício e sono, insônia, sono e hipertensão.
- Conteúdos motivacionais sobre meta, desempenho, novos hábitos.
- Questionários de sonolência, grau de satisfação do usuário com o Programa e com a contratada.

EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA QUANTO À VIDA ÚTIL DOS DISPOSITIVOS:

- Os equipamentos devem ser novos (primeiro uso) ou seminovos, com viabilidade de uso comprovada por laudo técnico de manutenção/calibração, com horas de uso relatada e ano de fabricação.
- Em função da expectativa de vida útil do equipamento de (5) cinco anos, os dispositivos deverão ser monitorados quando esse prazo for atingido, antecipando-se a necessidade de troca para que os pacientes não tenham seu tratamento comprometido.
- Para todos os equipamentos com bateria inclusa, a troca das mesmas deve seguir a orientação apresentada nos manuais do fabricante. Visto a gravidade destes pacientes, os quais precisam de dispositivos com bateria, devem ser emitidos relatórios semestrais referentes a vida útil das baterias dos equipamentos em uso.
- Nos casos dos aparelhos de ventilação mecânica domiciliar que forem acompanhados de Nobreak, a empresa deve ficar responsável em avaliar com frequência esse Nobreak para garantir

pelo menos 3 horas de uso do ventilador em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, haja vista que esse equipamento é dotado de vida útil que diminui com o passar do tempo.

5. Todo equipamento deverá sofrer manutenção periódica por conta da empresa vencedora conforme orientação do fabricante, para que não venha comprometer o bem-estar do paciente. Para o atendimento desse serviço, a empresa vencedora deverá fornecer serviço de call-center, através de telefone 0800 para os pacientes

6. Todos os equipamentos devem ser entregues com bolsa própria do equipamento, higienizados e com filtro novo.

7. A empresa vencedora deverá entregar e/ou instalar o equipamento de acordo com as seguintes exigências/normas:

a) **PACIENTES INTERNADOS COM ALTA HOSPITALAR VINCULADA À ENTREGA DO DISPOSITIVO:** Concentrador de O2 e Cilindro de Backup no domicílio dos pacientes; o concentrador móvel e/ou cilindro de transporte, assim como o dispositivo de Suporte à vida, devem ser entregues nos hospitais cujo paciente esteja internado, dentro do prazo máximo de 24h; Mediante urgência na liberação do leito hospitalar. Uma programação inicial dos parâmetros, baseada em idade e dados antropométricos, será realizada pela equipe do Programa.

b) **Pacientes ambulatoriais:** O equipamento de suporte ventilatório para uso domiciliar (Terapia por Pressão positiva em via aérea ou Suporte à vida) deve ser entregue no HOF. Haverá semanalmente envio de e-mails com a programação de entrega da semana seguinte. O prazo mínimo de entrega dos dispositivos é 24h e o prazo máximo é de sete dias, antes da data de agendamento da entrega. Não haverá possibilidades de entregas quinzenais ou mensais por restrição de estrutura física do ambulatório responsável pela entrega dos equipamentos. Diante de casos ambulatoriais mais graves, principalmente referente aos portadores de síndromes de hipoventilação, a entrega no HOF deverá ser providenciada no prazo de seis horas após envio de solicitação via e-mail.

c) Nas emergências como troca ou reparo dos equipamentos (por pane ou mau funcionamento do equipamento locado), inclusive nos feriados e finais de semana, nos casos de pacientes dependentes de ventilação, a substituição deverá ser feita no prazo máximo de 6 horas; nos outros casos, de pacientes não dependentes, a substituição deverá ser feita em até 12 horas.

IMPORTANTE: Prazo máximo para a migração de fornecedores e atendimento aos pacientes já contemplados no programa: de 60 (sessenta) dias.

Os dispositivos destinados a ventilar pacientes com síndromes de hipoventilação devem atender às seguintes exigências técnicas e funcionais:

1. **Modos Ventilatórios Compatíveis:** Capacidade de operar nos modos ventilatórios necessários para o tratamento específico da síndrome, como modos com pressão de suporte (PSV) ou controle de volume, de acordo com a prescrição médica e/ou fisioterapêutica.

2. **Conectividade e Telemonitoramento automático:** Disponibilidade de conectividade para telemonitoramento remoto, permitindo o envio de dados em tempo real ou em intervalos regulares. A conectividade deve ser simples e o menos dependente possível de ações do paciente, considerando as possíveis limitações socioculturais. Preferência por tecnologias que utilizem redes 2G ou 3G, ou (4G/5G), devido à maior abrangência e facilidade de uso.

3. **Sensibilidade e Ajustes Precisos:** Dispositivos devem ser capazes de ajustes finos em parâmetros como pressão, fluxo e volume, garantindo personalização ao fenótipo clínico do paciente. Devem permitir a análise e detecção de eventos respiratórios, como hipopneias ou obstruções ocultas durante o tratamento, ajustando a terapia conforme necessário.

4. **Segurança e Estabilidade:** Garantia de funcionamento estável durante todo o período de uso noturno, com alarmes de segurança para falhas no dispositivo, desconexões ou quedas de energia. **IMPORTANTE:** Para os pacientes que necessitam de suporte respiratório por mais de 18 horas diárias, é imprescindível o uso de dispositivos classificados como equipamentos de suporte básico à vida. Esses equipamentos possuem características essenciais à segurança do paciente, como bateria interna recarregável com autonomia mínima de seis horas, geradores de fluxo com maior capacidade de pressurização e microprocessadores de alta precisão para controle de pressão, fluxo e volume. Essas especificações garantem a possibilidade de ventilação adequada, inclusive para crianças com peso superior a cinco quilos.

5. **Conformidade com Normas Reguladoras:** Todos os dispositivos devem ser aprovados pela ANVISA, garantindo que atendem às normas técnicas e sanitárias vigentes.

Essas exigências garantem não apenas a eficácia do tratamento, mas também a segurança e a adesão do paciente, além de possibilitar um monitoramento eficiente por parte da equipe de saúde. Em relação aos dispositivos que fornecem pressão positiva contínua nas vias aéreas, eles devem incluir ferramentas de ajuste automático de pressão e a capacidade de análise de curvas de fluxo respiratório. Essas funções são fundamentais para identificar eventos obstrutivos não detectados pelo tratamento e para ajustar adequadamente a pressão terapêutica, especialmente em pacientes com apneia central associada à insuficiência cardíaca congestiva.

A conectividade dos dispositivos deve permitir o telemonitoramento automático com o mínimo de dependência de ações do paciente, considerando que o público-alvo do programa enfrenta limitações socioculturais. Atualmente, as tecnologias que utilizam sinal 2G e 3G apresentam maior facilidade de uso e ampla cobertura, sendo as mais indicadas.

O telemonitoramento, viabilizado pela conectividade, tem sido uma ferramenta essencial para o gerenciamento remoto dos pacientes atendidos pelo Programa de Síndromes de Hipoventilação e Oxigenoterapia Domiciliar. Ele permite o diagnóstico precoce por meio de relatórios de adequação terapêutica e possibilita ajustes nos parâmetros prescritos à distância. Isso resultou em maior efetividade e adesão ao tratamento, além de reduzir os deslocamentos frequentes – muitas vezes realizados por transporte público – dos pacientes de todo o estado de Pernambuco ao ambulatório especializado.

Os dispositivos de oxigenioterapia domiciliar devem seguir as regras de segurança para o paciente determinadas pela ANVISA, com concentração de pureza $\geq 90\%$, alarmes de segurança e bateria quando exigidos.

4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade pública relacionada à assistência ventilatória e oxigenoterapia domiciliar no âmbito do Programa de Síndromes de Hipoventilação e Oxigenoterapia Domiciliar do Estado de Pernambuco, bem como justificar técnica e economicamente a solução mais vantajosa à Administração Pública.

A análise considerou modelos praticados no Sistema Único de Saúde, contratações similares realizadas por outros entes públicos e soluções ofertadas por empresas especializadas no segmento de assistência respiratória domiciliar.

Alternativa 1 – Aquisição dos equipamentos com gestão direta pela Administração

Consiste na compra dos equipamentos médico-hospitalares pelo Estado, com incorporação ao patrimônio público e execução direta das atividades de instalação, manutenção, substituição, logística e suporte técnico.

Vantagens:

- incorporação patrimonial dos equipamentos;
- possibilidade de diluição do investimento ao longo da vida útil do bem.

Desvantagens:

- elevado investimento inicial;
- necessidade de estrutura própria para manutenção preventiva e corretiva especializada;
- necessidade de estoque técnico e reposição imediata;
- risco de obsolescência tecnológica dos equipamentos;
- necessidade de contratação adicional de serviços técnicos especializados;
- dificuldade operacional para atendimento domiciliar distribuído em todo o território estadual;
- aumento do risco assistencial em caso de falhas operacionais.

Alternativa 2 – Locação de equipamentos associada à prestação de serviços especializados

Consiste na contratação de empresa especializada responsável pela disponibilização dos equipamentos, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição tecnológica, suporte técnico e logística domiciliar.

Vantagens:

- menor desembolso inicial pela Administração
- manutenção e atualização tecnológica contínua;
- substituição imediata em caso de falhas;
- transferência do risco tecnológico ao contratado;
- atendimento domiciliar descentralizado;
- garantia de continuidade assistencial;
- maior previsibilidade orçamentária;
- redução de custos indiretos administrativos e operacionais.

Desvantagens:

- inexistência de incorporação patrimonial dos equipamentos;
- necessidade de gestão contratual contínua.

Alternativa 3 – Prestação indireta por rede própria hospitalar (internação prolongada)

Foi analisado o cenário hipotético de atendimento dos pacientes exclusivamente em ambiente hospitalar, sem utilização de assistência domiciliar.

Conclusão da análise:

Tal alternativa mostra-se inadequada, considerando:

- maior custo por paciente internado;
- ocupação prolongada de leitos hospitalares;
- aumento do risco de infecção hospitalar;
- impacto negativo na rotatividade de leitos;
- incompatibilidade com políticas públicas de atenção domiciliar.

5. Descrição da solução

Considerando a necessidade pública identificada e conforme análise comparativa das alternativas apresentada no Item 4 – Levantamento de Mercado deste Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que a solução mais adequada para atendimento do Programa de Síndromes de Hipoventilação e Oxigenoterapia Domiciliar consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de disponibilização de equipamentos destinados ao suporte ventilatório e à oxigenoterapia domiciliar, associados aos serviços técnicos necessários à plena operacionalização da assistência.

A solução definida compreende a disponibilização integrada dos equipamentos e dos serviços indispensáveis à execução segura e contínua do atendimento domiciliar aos pacientes assistidos pela Secretaria Estadual de Saúde, incluindo:

- disponibilização dos equipamentos necessários às terapias respiratórias domiciliares;
- instalação e configuração dos dispositivos conforme prescrição clínica;
- manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual;
- substituição de equipamentos e componentes em caso de falha ou desgaste, **SEGUNDO PRAZOS APRESENTADOS;**
- suporte técnico-operacional contínuo, EM TODO O TERRITÓRIO DE PERNAMBUCO;
- treinamento e orientação aos pacientes, cuidadores e equipe assistencial;
- logística de entrega, recolhimento e reposição dos equipamentos conforme demanda do Programa.

A adoção da solução baseada na disponibilização continuada dos equipamentos associada à prestação de serviços especializados mostra-se tecnicamente adequada em razão:

- da natureza contínua e essencial do Programa;
- da elevada criticidade clínica dos pacientes assistidos;
- da necessidade de resposta imediata a intercorrências técnicas;
- da constante evolução tecnológica dos dispositivos utilizados;
- da abrangência territorial do atendimento domiciliar realizado no âmbito estadual.

A prestação será estruturada como serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, executado conforme demanda assistencial, garantindo a continuidade do tratamento e evitando desassistência aos usuários, internações hospitalares evitáveis e impactos negativos à rede pública de saúde.

Ressalta-se que as especificações técnicas detalhadas dos equipamentos, parâmetros operacionais, critérios de medição e condições de execução serão estabelecidas no Termo de Referência da futura contratação, em conformidade com os requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Este estudo tem por finalidade demonstrar, de forma clara, objetiva e reproduzível, como foram estimados os quantitativos anuais de cada item do Programa de Atenção Domiciliar, a partir do histórico de consumo mensal e da aplicação de um modelo estatístico de tendência (regressão linear simples, método dos mínimos quadrados – OLS/MQO). O objetivo é projetar, a necessidade para os doze meses subsequentes, assegurando consistência técnica, transparência e aderência às exigências legais e dos órgãos de controle.

A base empregada compreende a série mensal de maio/2024 a abril/2025 para todos os itens (CPAP, ventiladores de suporte à vida, aparelhos binível, AVAPS/IVAPS, máquinas da tosse,

concentradores, cilindros e oxigênio), consolidada em planilha auditada e anexada ao processo. Optou-se por não utilizar a “média × 12”, pois as séries exibem tendência ascendente; a média aritmética simples, nesse contexto, subestima a necessidade real e eleva o risco de desassistência em um serviço essencial e ininterrupto.

A metodologia adotada consiste em ajustar, para cada item, uma reta de regressão linear do consumo mensal em função do tempo (mês), segundo o método OLS/MQO, que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos. O modelo assume a forma $\hat{y}_t = a + b \cdot t$, em que t representa o índice do mês e y_t a quantidade consumida no período. Os parâmetros a (intercepto) e b (inclinação) são estimados a partir das médias e dos somatórios de covariância e variância do tempo, gerando uma inclinação que traduz o crescimento médio absoluto mensal observado no ajuste global. Esse procedimento utiliza toda a informação da série, suaviza variações pontuais e reflete de forma mais fidedigna a dinâmica de expansão da demanda.

Com os parâmetros estimados para cada item, procede-se à projeção dos doze meses subsequentes, mantendo a mesma relação linear com o tempo, e obtém-se o quantitativo anual pela soma das doze previsões mensais. Quando aplicável, os valores mensais foram arredondados para números inteiros antes da soma, a fim de compatibilizar com unidades de atendimento e contabilidade de “mês-equipamento” (para equipamentos de uso contínuo/locação) e com a medição em metros cúbicos no caso do oxigênio. O resultado consolidado encontra-se na planilha “Relatório de Consumo (12 meses)”, que acompanha este processo, permitindo conferência célula a célula (histórico, cálculos intermediários, coeficientes, R^2 , projeções e totais).

A adoção da regressão linear simples justifica-se tecnicamente por capturar a tendência de crescimento presente nas séries, reduzindo o viés de subdimensionamento inerente à média simples e oferecendo estimativas coerentes com a realidade operacional do Programa. Além disso, todos os passos são plenamente reproduzíveis em planilha eletrônica (funções MÉDIA, SOMARPRODUTO, INCLINAÇÃO, INTERCEPÇÃO, TENDÊNCIA e RQUAD), o que confere transparência e facilita a auditoria independente por áreas de controle interno e externo.

A modelagem estatística ora descrita está alinhada à Lei nº 14.133/2021, que exige a apresentação, no Estudo Técnico Preliminar, das estimativas de quantidades acompanhadas de memória de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, bem como a explicitação, no Termo de Referência, dos quantitativos a serem contratados. Harmoniza-se, também, com a Resolução TC nº 249/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, a qual determina que cada item tenha memória de cálculo específica, lastreada em histórico de consumo e em método estatístico explicitado nos autos, de forma inteligível e replicável por qualquer interessado.

Cabe registrar que a projeção resultante foi cotejada com a realidade de capacidade operacional do serviço (fluxo de novas inclusões e manutenção de pacientes), a título de verificação de plausibilidade. Não foram identificadas inconsistências que desaconselhassem a aplicação do método; de todo modo, permanecem válidas as revisões periódicas em caso de alterações relevantes de demanda, expansão de escopo assistencial ou mudanças estruturais que afetem o perfil de consumo.

Diante do exposto, os quantitativos anuais constantes da planilha anexa são aqueles que melhor representam, no presente momento, a necessidade do Programa para os próximos doze meses, por se basearem em histórico auditado, em técnica estatística reconhecida e em memória de cálculo integralmente documentada.

Tabela 1: Previsibilidade do quantitativo de locações, considerando a média histórica de 2024 a 2025 (Doc. SEI nº [74369489](#)).

LOTE ÚNICO				
ITEM	E-FISCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD ANUAL
1	4928016	(4928016) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA DE PRESSAO POSITIVA CONTINUA NAS VIAS AEREAS, MODO CPAP, COM INTERVALO DE PRESSAO DE 04 A 20 CMH20, COM TEMPO DE RAMPA DE 0 5 A 45,00MI, <u>COM UMIDIFICACAO AEREA DO TIPO AQUOSA, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS</u> Obs.: Onde se lê: 0 A 45,00MI, leia-se mínima 5 A 45,00MI.	UNID	16.821
2	4928040	(4928040) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO VENTILADOR PNEUMATICO, PORTATIL, HABILITADO PARA VENTILACAO INVASIVA E NAO INVASIVA, ACOMPANHA BATERIA INTERNA RECARREGAVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 6 HORAS, MODOS VENTILATORIOS COM CONTROLE DE PRESSAO E VOLUME, CONTROLES PARA IPAP 4-50 CMH20 E EPAP 4-25 CMH20, PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS A PARTIR DE 5KG, COM CIRCUITO E MASCARA VENTILAVEL E PEÇA BUCAL, COM CALIBRACAO, MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS	UNID	761
3	4928024	(4928024) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, MODOS CPAP E BINIVEL, INTERVALO MINIMO IPAP DE 4 A 25CMH20 E EPAP DE 4 A 20CMH20, ENTREGA DE CIRCUITO SIMPLES COM MASCARA NASAL OU FACIAL, BOLSA PARA TRANSPORTE E FILTRO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSICAO DE PECAS	UNID	152
4	4968514	(4968514) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO APARELHO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, COM SISTEMA CAPAZ DE GARANTIR VOLUME MEDIO TIPO "AVAPS" OU "IVAPS", COM INTERVALOS MINIMO IPAP DE 4 A 30CMH20 E EPAP DE 4 A 20CMH20, COM FREQUENCIA RESPIRATORIA PROGRAMAVEL, PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS, ACOMPANHANDO CIRCUITO E MASCARA	UNID	3.301

		FACIAL OU NASAL VENTILAVEL,COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS		
5	4927982	(4927982) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO MECANICO, QUE SIMULA A TOSSE NATURAL ATRAVES DA APLICACAO GRADUAL DE UMA PRESSAO POSITIVA NAS VIAS AREAS, A QUAL MUDA RAPIDAMENTE PARA UMA PRESSAO NEGATIVA, PRESSAO POSITIVA E NEGATIVA AJUSTAVEL,MODOS MANUAL E AUTOMATICO, INTERVALO DE PRESSAO PARA INSUFLACAO DE 0 5 A 70 CMH2O E PARA EXSUFLACAO DE 0 A - 70CMH2O,ACOMPANHA CIRCUITO E MASCARA FACIAL,COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS. Obs.: Onde se lê: intervalo de pressão para insuflação de 0 A 70 CMH2O, leia-se intervalo mínimo para pressão insuflação de 5 A 70 CMH2O.	UNID	582
6	6137300	(6137300) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO PORTATIL, COM GARANTIA DE FLUXO CONTINUO MAXIMO DE PELO MENOS 2L/MIN, PESO INFERIOR A 10KG, PUREZA MINIMA DE OXIGENIO OFERECIDO $\geq 85 \pm 3\%$ EM FLUXO $\geq 2L/MIN$, BATERIA REGARREGAVEL, MODALIDADE FLUXO CONTINUO E PULSATIL, ACOMPANHA CARRINHO DE TRANSPORTE E TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS	UNID	302
7	4924959	(4924959) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO,COM FLUXO DE 0,50 A 5 L/MIN, COM PESO MAXIMO DE 15 KG, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V/60HZ,ACOMPANHA 2 CANULAS NASAIS, 2 UMIFICADORES,COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS Obs.: Onde se lê: peso máximo de 15KG, leia-se peso máximo de 16,5KG.	UNID	3.461
8	4924991	(4924991) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO TORPEDO, COM VALVULA REGULADORA DE PRESSAO, MANOMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS,CAPACIDADE	UNID	3.558

		ATE 10M ³ ,COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS		
9	4924983	(4924983) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO PORTATIL MEDICINAL, EM ALUMINIO, COM ALCA DE TRANSPORTE, VALVULA, REGULADOR DE PRESSAO, MANOMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS NA VALVULA DO CILINDRO,CAPACIDADE DE 1M ³ ,COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS.	UNID	3.840
10	2289318	(2289318) - OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO OXIGENIO MEDICINAL NAO LIQUEFEITO, EM ESTADO GASOSO E ACONDICIONADO EM CILINDROS DE ALTA PRESSAO, GRAU DE PUREZA MINIMO DE 99,5%, COM CARACTERISTITA FISICO QUIMICA: INODORO, INSIPIDO, NAO INFLAMAVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR 31,9988, PRODUTO SEM EFEITO TOXICOLOGICO.	m ³	20.439

Históricos de consumo dos materiais a serem adquiridos:

Tabela 1: TOTAL DE PACIENTES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR E SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO HOF/SES-PE (2020-2024)

Tabela 1	2020	2021	2022	2023	2024
PACIENTES EM SUPORTE RESPIRATÓRIO (CPAP, BINÍVEL,ASTRAL)	162	601	958	1202	1419
PACIENTES EM OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR	74	115	153	175	207
TOTAL DE PACIENTES	236	716	1111	1377	1626

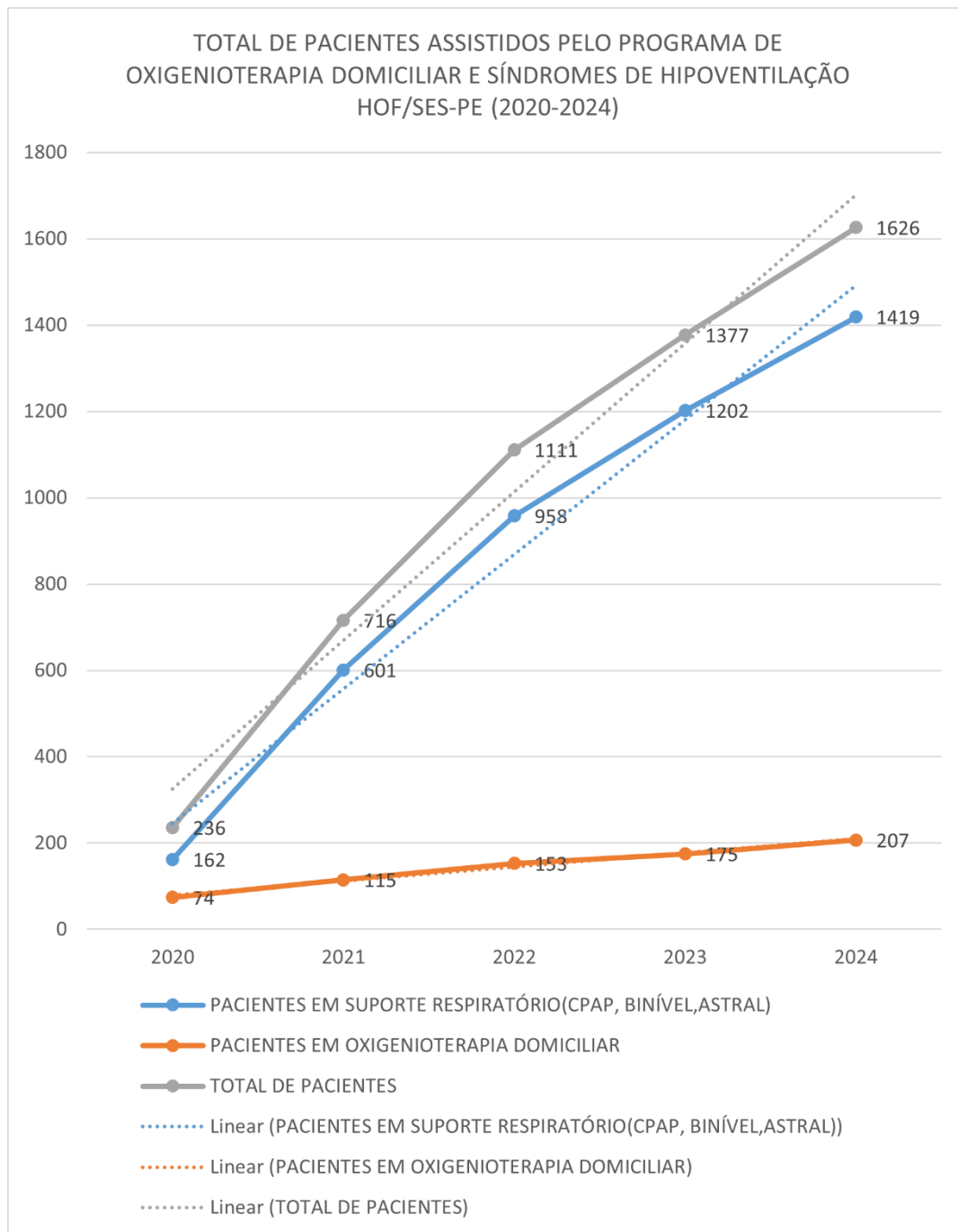


Tabela 2: CUSTO TOTAL DO PROGRAMA DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR E SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO HOF/SES-PE DE 2020-2024

Tabela 2	2020	2021	2022	2023	2024
CUSTO TOTAL	R\$ 64.240,49	R\$ 243.400,98	R\$ 342.675,31	R\$ 487.513,35	R\$ 624.131,11
CUSTO MÉDIO POR PACIENTE	R\$ 272,21	R\$ 339,95	R\$ 308,44	R\$ 354,04	R\$ 383,76

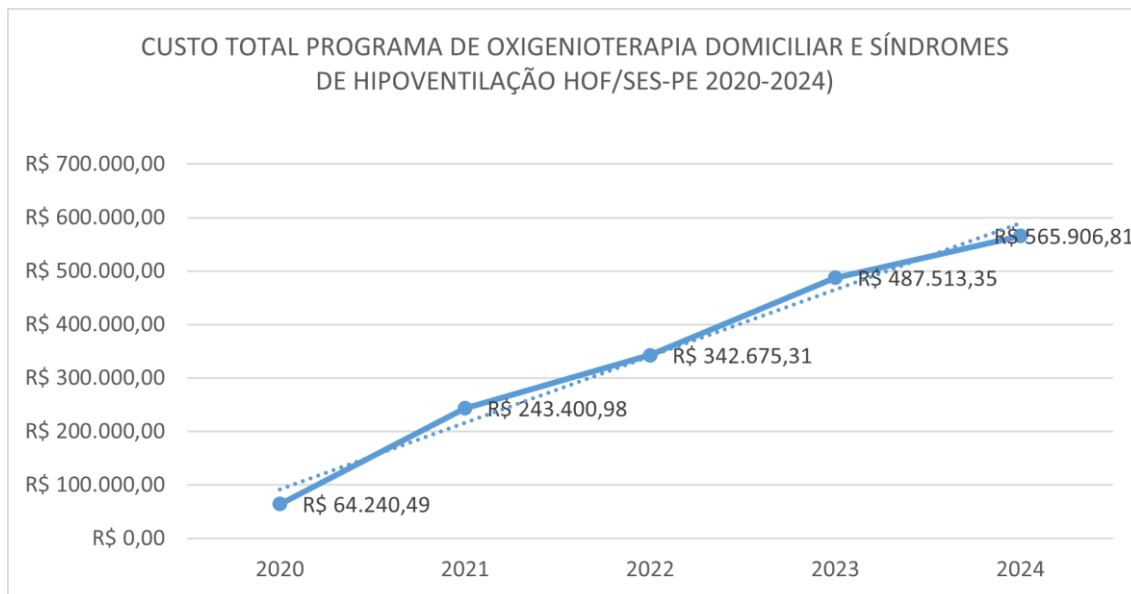


Tabela 3: AUMENTO PERCENTUAL DO CONSUMO ANUAL DE PACIENTES EM SUPORTE RESPIRATÓRIO E EM OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR, DO PROGRAMA DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR E SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO HOF/SES-PE (2020-2024)

Tabela 3	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024
AUMENTO ANUAL PACIENTES EM SUPORTE RESPIRATÓRIO	270,99%	59,40%	25,47%	18,05%
AUMENTO ANUAL PACIENTES EM OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR	55,41%	33,04%	14,38%	18,29%
AUMENTO ANUAL (%)	203,39%	55,17%	23,94%	18,08%

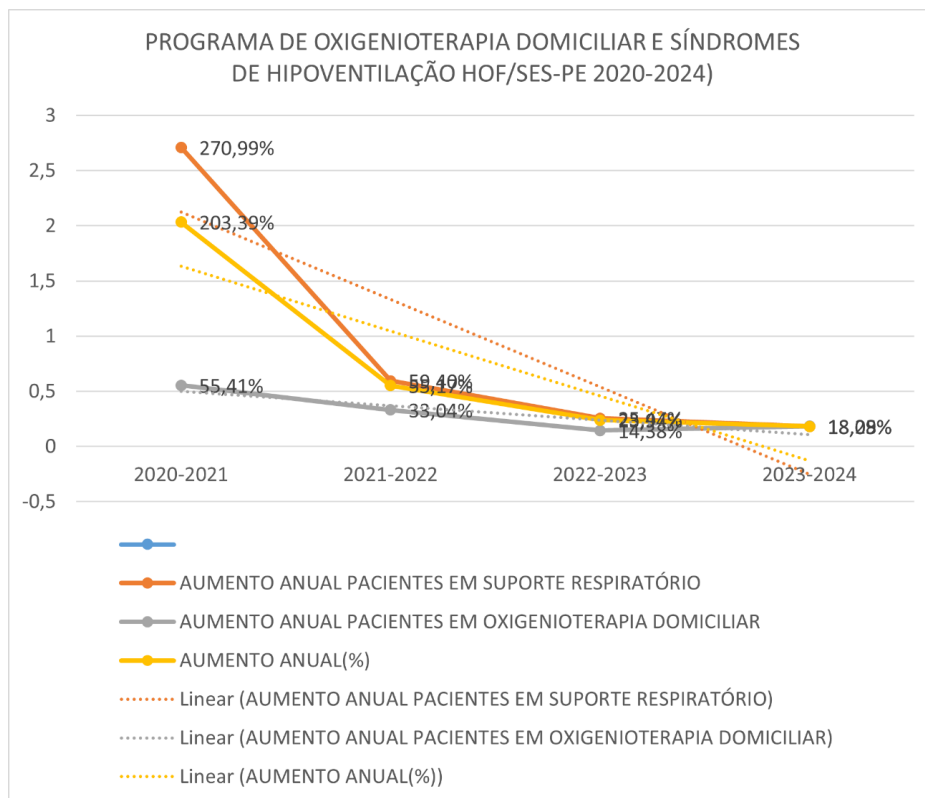


Tabela 4: SÉRIE HISTÓRICA DOS VALORES REFERENTES AO NÚMERO DE DISPOSITIVOS LOCADOS, VALOR UNITÁRIO DA LOCAÇÃO E AUMENTO ANUAL RELATIVO DO NÚMERO DE DISPOSITIVOS LOCADOS PELO PROGRAMA DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR E SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO HOF/SES-PE (2020-2024)

Tabela 4	2020	2021	2022	2023	2024	Índice médio 2024/2023
CPAP_n	122	515	705	932	1157	
VALOR LOCAÇÃO CPAP_UN	160	160	169,76	195,09	204,220212	
AUMENTO		322,13%	36,89%	32,20%	24,14%	28,17%
	2020	2021	2022	2023	2024	
VENTILADOR DE SUPORTE À VIDA_n	2	19	36	36	47	
VALOR LOCAÇÃO VENTILADOR DE SUPORTE À VIDA_UN	1200	1200	1273,2	1463,18	1531,656824	
AUMENTO		850,00%	89,47%	0,00%	30,56%	15,28%
	2020	2021	2022	2023	2024	
BINÍVEL S/FR_n	0	38	30	29	15	
VALOR LOCAÇÃO BINÍVEL S/FR_UN		519	550,66	634,26	663,943368	
AUMENTO			-21,05%	-3,33%	-48,28%	-25,80%
	2020	2021	2022	2023	2024	
BINÍVEL COM FR_n	38	29	187	205	215	
VALOR LOCAÇÃO BINÍVEL COM FR_UN	600	600	636,6	731,6	765,83888	
AUMENTO		-23,68%	544,83%	9,63%	4,88%	7,25%
	2020	2021	2022	2023	2024	
MÁQUINA DA TOSSE_n	0	4	9	14	29	

VALOR LOCAÇÃO MÁQUINA DA TOSSE_UN		700	742,7	853,53	893,475204	
		#DIV/0!	125,00%	55,56%	107,14%	81,35%
	2020	2021	2022	2023	2024	
CONCENTRADOR PORTÁTIL (n)	0	4	4	12	16	
VALOR LOCAÇÃO CONCENTRADOR PORTÁTIL		302	320,42	353,68	385,473632	
AUMENTO			0,00%	200,00%	33,33%	116,67%
	2020	2021	2022	2023	2024	
CONCENTRADOR ESTACIONÁRIO (n)	74	115	153	175	207	
VALOR LOCAÇÃO CONCENTRADOR ESTACIONÁRIO_UN	192	192	203,72	234,11	245,066348	
AUMENTO		55,41%	33,04%	14,38%	18,29%	16,33%
	2020	2021	2022	2023	2024	
CILINDRO DE BACKUP (n)	74	114	150	170	217	
VALOR LOCAÇÃO CILINDRO DE BACKUP_UN	45	45	47,75	54,87	57,437916	
AUMENTO		54,05%	31,58%	13,33%	27,65%	20,49%
	2020	2021	2022	2023	2024	
CILINDRO DE TRANSPORTE (n)	55	111	158	178	224	
VALOR LOCAÇÃO CILINDRO DE TRANSPORTE_UN	29,77	29,77	31,46	36,29	37,14	
AUMENTO		101,82%	42,34%	12,66%	25,84%	19,25%

	2020	2021	2022	2023	2024	
RECARGA DE O2_m3	139	241	959	880	1227	
VALOR RECARGA DE O2	9,50	10,08	11,13	11,79	12,13	
AUMENTO		73,38%	297,93%	-8,24%	39,43%	100,63%

7. Estimativa do valor da contratação

Os valores estimados da contratação correspondem aos indicados no quadro resumo abaixo.

Tais valores foram obtidos a partir de pesquisa de preços (Doc. SEI nº [82558258](#)) realizada pela equipe de compras, com base em três cotações de mercado atualizadas (Doc. SEI nº [82558521](#)), bem como na análise de contratos vigentes de objetos similares no âmbito da Administração Pública Estadual.

Por se tratar de contratação específica para o Hospital Otávio de Freitas, os quantitativos apresentados neste documento refletem a estimativa de consumo mensal e da aplicação de um modelo estatístico de tendência, conforme histórico de utilização e projeção de demanda, observada a disponibilidade orçamentária.

Lote (Grupo) 01							
Ite m	Código E-Fisco	CATSE R	Descrição	Unidad e	Quantida de	Valor Unitári o	Valor Total
1	4928016	20222	(4928016) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA DE PRESSAO POSITIVA CONTINUA NAS VIAS AEREAS, MODO CPAP, COM INTERVALO DE PRESSAO DE 04 A 20 CMH20, COM TEMPO DE RAMPA DE 0 5 A 45,00MI, COM UMIDIFICACAO AEREA DO TIPO AQUOSA, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS Obs.: Onde se lê: 0 A 45,00MI, leia-se mínima 5 A 45,00MI. .	UNID	16.821	R\$ 265,91	R\$ 4.472.872,11

2	4928040	20222	(4928040) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO VENTILADOR PNEUMATICO, PORTATIL, HABILITADO PARA VENTILACAO INVASIVA E NAO INVASIVA, ACOMPANHA BATERIA INTERNA RECARREGAVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 6 HORAS,MODOS VENTILATORIOS COM CONTROLE DE PRESSAO E VOLUME,CONTROLES PARA IPAP 4-50 CMH2O E EPAP 4- 25 CMH2O,PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS A PARTIR DE 5KG,COM CIRCUITO E MASCARA VENTILAVEL E PEÇA BUCAL,COM CALIBRACAO, MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS	UNID	761	R\$ 1.931,78	R\$ 1.470.084,58
3	4928024	20222	(4928024) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, MODOS CPAP E BINIVEL, INTERVALO MINIMO IPAP DE 4 A 25CMH2O E EPAP DE 4 A 20CMH2O, ENTREGA DE CIRCUITO SIMPLES COM MASCARA NASAL OU FACIAL, BOLSA PARA TRANSPORTE E FILTRO,COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSICAO DE PECAS	UNID	152	R\$ 720,00	R\$ 109.440,00

4	4968514	20222	(4968514) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO APARELHO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, COM SISTEMA CAPAZ DE GARANTIR VOLUME MEDIO TIPO "AVAPS" OU "IVAPS", COM INTERVALOS MINIMO IPAP DE 4 A 30CMH2O E EPAP DE 4 A 20CMH2O, COM FREQUENCIA RESPIRATORIA PROGRAMAVEL, PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS, ACOMPANHANDO CIRCUITO E MASCARA FACIAL OU NASAL VENTILAVEL, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS	UNID	3.301	R\$ 921,39	R\$ 3.041.508,39
5	4927982	20222	(4927982) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO MECANICO, QUE SIMULA A TOSSE NATURAL ATRAVES DA APLICACAO GRADUAL DE UMA PRESSAO POSITIVA NAS VIAS AREAS, A QUAL MUDA RAPIDAMENTE PARA UMA PRESSAO NEGATIVA, PRESSAO POSITIVA E NEGATIVA AJUSTAVEL, MODOS MANUAL E AUTOMATICO, INTERVALO DE PRESSAO PARA INSUFLACAO DE 0 5 A 70 CMH2O E PARA EXSUFLACAO DE 0 A - 70CMH2O, ACOMPANHANDO CIRCUITO E MASCARA	UNID	582	R\$ 1.383,84	R\$ 805.394,88

			FACIAL, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS. Obs.: Onde se lê: intervalo de pressão para insuflação de 0 A 70 CMH2O, leia-se intervalo mínimo para pressão insuflação de 5 A 70 CMH2O.				
6	6137300	14788	(6137300) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO PORTATIL, COM GARANTIA DE FLUXO CONTINUO MAXIMO DE PELO MENOS 2L/MIN, PESO INFERIOR A 10KG, PUREZA MINIMA DE OXIGENIO OFERECIDO $\geq 85 \pm 3\%$ EM FLUXO $\geq 2L/MIN$, BATERIA REGARREGAVEL, MODALIDADE FLUXO CONTINUO E PULSATIL, ACOMPANHA CARRINHO DE TRANSPORTE E TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS	UNID	302	R\$ 430,00	R\$ 129.860,00
7	4924959	14788	(4924959) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO, COM FLUXO DE 0,50 A 5 L/MIN, COM PESO MAXIMO DE 15 KG, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V/60HZ, ACOMPANHA 2 CANULAS NASAIS, 2 UMIFICADORES, COM	UNID	3.461	R\$ 279,24	R\$ 966.449,64

			MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS Obs.: Onde se lê: peso máximo de 15KG, leia-se peso máximo de 16,5KG.				
8	4924991	16128	(4924991) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO TORPEDO, COM VALVULA REGULADORA DE PRESSAO, MANOMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS,CAPACIDADE ATE 10M ³ ,COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS	UNID	3.558	R\$ 70,08	R\$ 249.344,64
9	4924983	16128	(4924983) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO PORTATIL MEDICINAL, EM ALUMINIO, COM ALCA DE TRANSPORTE, VALVULA, REGULADOR DE PRESSAO, MANOMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS NA VALVULA DO CILINDRO,CAPACIDADE DE 1M ³ ,COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS.	UNID	3.840	R\$ 59,96	R\$ 230.246,40
10	2289318	18082	(2289318) - OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO OXIGENIO MEDICINAL NAO LIQUEFEITO, EM ESTADO GASOSO E ACONDICIONADO EM CILINDROS DE ALTA PRESSAO, GRAU DE PUREZA MINIMO DE 99,5%, COM CARACTERISTITA FISICO QUIMICA: INODORO, INSIPIDO, NAO	m ³	20.439	R\$ 16,48	R\$ 336.834,72

			INFLAMAVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR 31,9988, PRODUTO SEM EFEITO TOXICOLOGICO.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO							R\$ 11.812.035,36

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A regra geral aplicável às contratações públicas consiste na adoção do parcelamento do objeto, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

No caso em análise, verificou-se que o parcelamento da solução não se mostra técnica nem economicamente recomendável, considerando que o objeto compreende a prestação integrada de serviços de assistência respiratória domiciliar, envolvendo a disponibilização de equipamentos para ventilação não invasiva e oxigenoterapia, associados às atividades de instalação, manutenção, substituição, suporte técnico e atendimento domiciliar contínuo aos pacientes assistidos pelo Programa de Síndromes de Hipoventilação e Oxigenoterapia Domiciliar.

A eventual divisão do objeto entre diferentes empresas, responsáveis isoladamente pela execução dos serviços, acarretaria sobreposição de responsabilidades técnicas, dificuldades na definição de responsabilidades em situações de falhas terapêuticas, bem como aumento do risco operacional e assistencial, especialmente em razão da utilização combinada dos dispositivos no mesmo paciente e da necessidade de resposta imediata a intercorrências clínicas.

A modelagem integrada da contratação permite a gestão unificada da solução, assegurando padronização tecnológica, rastreabilidade dos atendimentos, reposição imediata de equipamentos e continuidade da assistência prestada, reduzindo riscos de descontinuidade do tratamento e promovendo maior eficiência operacional.

Sob o aspecto econômico, a contratação unificada favorece ganhos de escala, otimização logística e redução dos custos indiretos relacionados à gestão contratual, transporte, manutenção e suporte técnico especializado, resultando em maior economicidade para a Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que a manutenção do objeto em lote único constitui a alternativa mais vantajosa, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, garantindo a adequada execução da política pública de assistência respiratória domiciliar.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes à contratação de prestação de serviços de empresa especializada na locação de equipamentos para atender ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, através da instalação, carga, recarga, manutenção, treinamento e suporte tecnológico, visando atender as necessidades do Hospital Otávio de Freitas.

10. Resultados pretendidos

A contratação pretendida visa assegurar a continuidade da assistência respiratória domiciliar aos pacientes atendidos pelo Programa de Síndromes de Hipoventilação e Oxigenoterapia Domiciliar do Estado de Pernambuco, garantindo suporte terapêutico adequado e reduzindo riscos de interrupção do tratamento.

Espera-se, com a implementação da solução, promover maior efetividade da atenção domiciliar, contribuindo para a redução de internações hospitalares evitáveis e melhoria da qualidade de vida dos pacientes assistidos.

Sob o aspecto econômico e administrativo, pretende-se otimizar a utilização dos recursos públicos, mediante adoção de modelo assistencial domiciliar de menor custo em comparação à permanência hospitalar prolongada, além de proporcionar maior previsibilidade na gestão contratual e redução da necessidade de contratações emergenciais.

A contratação também permitirá melhor aproveitamento dos recursos humanos e estruturais da rede hospitalar, possibilitando a concentração das unidades de saúde nas atividades assistenciais de maior complexidade.

11. Providências a serem adotadas

Por fim, a Administração deverá adotar medidas de capacitação e atualização dos servidores designados como gestores e fiscais do contrato, garantindo que atuem em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 53.384/2022 e as normas técnicas aplicáveis à assistência respiratória domiciliar, de forma a assegurar a adequada fiscalização, continuidade e eficiência da execução dos serviços contratados.

12. Possíveis impactos ambientais

A execução dos serviços poderá gerar impactos ambientais indiretos relacionados ao consumo de energia elétrica pelos equipamentos utilizados na assistência respiratória domiciliar e à substituição eventual de componentes ao longo de sua vida útil.

Dessa forma, busca-se a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, mediante utilização de equipamentos com eficiência energética compatível com as normas aplicáveis, manutenção adequada para ampliação da vida útil dos dispositivos e adoção de procedimentos ambientalmente corretos para recolhimento e destinação final de equipamentos e componentes substituídos, quando aplicável.

A solução proposta contribui para o uso racional de recursos naturais e para a redução de impactos ambientais associados ao ciclo de vida dos equipamentos utilizados, observadas as normas ambientais e sanitárias vigentes.

13. Posicionamento conclusivo

Diante do exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação revela-se necessária e plenamente justificada, considerando o interesse público envolvido na continuidade do Programa de Síndromes de Hipoventilação e Oxigenoterapia Domiciliar do Estado de Pernambuco, essencial à manutenção da assistência respiratória aos pacientes atendidos pela rede pública estadual de saúde.

A eventual interrupção da prestação dos serviços poderá ocasionar prejuízos relevantes à continuidade do tratamento dos usuários assistidos, com potencial agravamento do quadro clínico dos pacientes dependentes de suporte ventilatório e oxigenoterapia domiciliar, configurando risco

assistencial incompatível com os princípios da continuidade e eficiência do serviço público de saúde.

Com base nas análises técnicas, operacionais e econômicas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipamentos e serviços associados mostra-se viável, adequada e eficiente para atendimento da demanda assistencial permanente, garantindo a continuidade da política pública de atenção domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Servidores responsáveis pela elaboração

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
Bruno de Lima Ribeiro	odpvni@gmail.com	(81) 99107-3706	399.846-9	Pneumologia
Thayse Neves Santos Silva	thayseneves@outlook.com	(81) 99111-5993	246.004-1	Reabilitação

ANEXO D
QUADRO RESUMO

Lote (Grupo) 01							
Item	Código E-Fisco	CATSE R	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	4928016	20222	(4928016) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA DE PRESSAO POSITIVA CONTINUA NAS VIAS AEREAS, MODO CPAP, COM INTERVALO DE PRESSAO DE 04 A 20 CMH20, COM TEMPO DE RAMPA DE 0 5 A 45,00MI, <u>COM UMIDIFICACAO AEREA DO TIPO AQUOSA, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS</u> Obs.: Onde se lê: 0 A 45,00MI, leia-se mínima 5 A 45,00MI. .	UNID	16.821	R\$ 265,91	R\$ 4.472.872,11
2	4928040	20222	(4928040) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO VENTILADOR PNEUMATICO, PORTATIL, HABILITADO PARA VENTILACAO INVASIVA E NAO INVASIVA, ACOMPANHA BATERIA INTERNA RECARREGAVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 6 HORAS, MODOS VENTILATORIOS COM CONTROLE DE PRESSAO E VOLUME, CONTROLES PARA IPAP 4-50 CMH2O E EPAP 4-25 CMH2O, PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E	UNID	761	R\$ 1.931,78	R\$ 1.470.084,58

			PEDIATRICOS A PARTIR DE 5KG,COM CIRCUITO E MASCARA VENTILAVEL E PEÇA BUCAL,COM CALIBRACAO, MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS				
3	4928024	20222	(4928024) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, MODOS CPAP E BINIVEL, INTERVALO MINIMO IPAP DE 4 A 25CMH2O E EPAP DE 4 A 20CMH2O, ENTREGA DE CIRCUITO SIMPLES COM MASCARA NASAL OU FACIAL, BOLSA PARA TRANSPORTE E FILTRO,COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSICAO DE PECAS	UNID	152	R\$ 720,00	R\$ 109.440,00
4	4968514	20222	(4968514) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO APARELHO PROMOVEDOR DE VENTILACAO NAO INVASIVA, EM DOIS NIVEIS DE PRESSAO, COM SISTEMA CAPAZ DE GARANTIR VOLUME MEDIO TIPO "AVAPS" OU "IVAPS", COM INTERVALOS MINIMO IPAP DE 4 A 30CMH2O E EPAP DE 4 A 20CMH2O, COM FREQUENCIA RESPIRATORIA PROGRAMAVEL,PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS,ACOMPANHANDO CIRCUITO E MASCARA	UNID	3.301	R\$ 921,39	R\$ 3.041.508,39

			FACIAL OU NASAL VENTILAVEL,COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS				
5	4927982	20222	(4927982) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO PULMONAR - DO TIPO MECANICO, QUE SIMULA A TOSSE NATURAL ATRAVES DA APLICACAO GRADUAL DE UMA PRESSAO POSITIVA NAS VIAS AREAS, A QUAL MUDA RAPIDAMENTE PARA UMA PRESSAO NEGATIVA, PRESSAO POSITIVA E NEGATIVA AJUSTAVEL,MODOS MANUAL E AUTOMATICO, INTERVALO DE PRESSAO PARA INSUFLACAO DE 0 5 A 70 CMH2O E PARA EXSUFLACAO DE 0 A - 70CMH2O,ACOMPANHA CIRCUITO E MASCARA FACIAL,COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS. Obs.: Onde se lê: intervalo de pressão para insuflação de 0 A 70 CMH2O, leia-se intervalo mínimo para pressão insuflação de 5 A 70 CMH2O.	UNID	582	R\$ 1.383,84	R\$ 805.394,88
6	6137300	14788	(6137300) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO PORTATIL,COM GARANTIA DE FLUXO CONTINUO MAXIMO DE PELO MENOS 2L/MIN, PESO INFERIOR A 10KG, PUREZA MINIMA DE	UNID	302	R\$ 430,00	R\$ 129.860,00

			OXIGENIO OFERECIDO $\geq 85 \pm 3\%$ EM FLUXO $\geq 2\text{L}/\text{MIN}$, BATERIA REGARREGAVEL, MODALIDADE FLUXO CONTINUO E PULSATIL, ACOMPANHA CARRINHO DE TRANSPORTE E TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS				
7	4924959	14788	(4924959) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES EM GERAL - DO TIPO CONCENTRADOR DE OXIGENIO, COM FLUXO DE 0,50 A 5 L/MIN, COM PESO MAXIMO DE 15 KG, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V/60HZ, ACOMPANHA 2 CANULAS NASAIS, 2 UMIFICADORES, COM MANUTENCAO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUICAO DE PECAS Obs.: Onde se lê: peso máximo de 15KG, leia-se peso máximo de 16,5KG.	UNID	3.461	R\$ 279,24	R\$ 966.449,64
8	4924991	16128	(4924991) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO TORPEDO, COM VALVULA REGULADORA DE PRESSAO, MANOMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS, CAPACIDADE ATE 10M^3 , COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS	UNID	3.558	R\$ 70,08	R\$ 249.344,64

9	4924983	16128	(4924983) - SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE GASES MEDICINAIS - DO TIPO CILINDRO PORTATIL MEDICINAL, EM ALUMINIO, COM ALCA DE TRANSPORTE, VALVULA, REGULADOR DE PRESSAO, MANOMETRO E FLUXOMETRO INTEGRADOS NA VALVULA DO CILINDRO, CAPACIDADE DE 1M ³ , COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSICAO DE PECAS.	UNID	3.840	R\$ 59,96	R\$ 230.246,40
10	2289318	429464	(2289318) - OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO OXIGENIO MEDICINAL NAO LIQUEFEITO, EM ESTADO GASOSO E ACONDICIONADO EM CILINDROS DE ALTA PRESSAO, GRAU DE PUREZA MINIMO DE 99,5%, COM CARACTERISTICA FISICO QUIMICA: INODORO, INSIPIDO, NAO INFLAMAVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR 31,9988, PRODUTO SEM EFEITO TOXICOLOGICO.	m ³	20.439	R\$ 16,48	R\$ 336.834,72
VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO							R\$ 11.812.035,36

ANEXO E DESCRIÇÃO DAS MÁSCARAS

Os profissionais julgarão a viabilidade de modelos alternativos de máscaras/interfaces apresentadas pela contratada. Visto que o mercado, de maneira dinâmica, apresenta novos modelos assim como suspende a fabricação de modelos mais antigos de acordo com estudos de eficiência terapêutica.

Lista de máscaras DISPONIBILIZAR TODOS OS TAMANHOS DISPONÍVEIS			
MODELO NASAL	MODELO ORONASAL	MODELO ALMOFADA	MODELO PEDIÁTRICO
Pico	Airfit F20	Dreamwear	Wisp tecido pediátrica
Airfit n20	Airfit F30	Airfit N30 resmed	WISP YOUTH
Airfit n20 airtouch	Amaraview	Airfit N30 i resmed	Mine me® 2 Tamanhos XS/S/M/L.
Airfit n30	BMC F5	Airfit N30 i airtouch	Máscara pixi
Wisp tecido adulto	BMC F5 A	P30 i resmed	Respireo soft baby S , XS
Wisp tecido youth	Mirage quattro	P 10 resmed	Respireo soft child
BMC N5	Sem Apoio De Testa Full Face Yuwell Yf-02	Swift fx	
BMC N5A	Dreamwear full		
Mirage Fx			

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJXXX

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DO HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS, E A EMPRESA XXXXXX, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90106/2026, PROCESSO Nº 0177.2026.AC-44.PE.90106.SAD.HOF:

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através do HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **XXX**, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº **XXXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384, de 22.08.2022 e 54.142, de 14.12.2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação de serviços de empresa especializada na locação de equipamentos para atender ao PROGRAMA DE SÍNDROMES DE HIPOVENTILAÇÃO E OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, através da instalação, carga, recarga, manutenção, treinamento e suporte tecnológico, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO para todos os fins de direito, o processo relativo ao PRE-GÃO ELETRÔNICO Nº 90106.SAD.HOF, PROCESSO Nº 0177.2026.AC-44.PE.90106.SAD.HOF e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, obedecida a vigência máxima de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que há interesse na manutenção dos serviços e de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A pesquisa para aferição da vantajosidade econômica da prorrogação contratual será realizada mediante utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 12 da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021, ou em eventual norma que a altere ou substitua.

PARÁGRAFO QUARTO: O CONTRATO não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, observadas as abrangências e os limites temporais de aplicação, sendo excepcionalmente admitida a prorrogação, pelo período mínimo necessário à conclusão de um novo certame, de modo a evitar a descontinuidade do serviço ou o custo de uma contratação emergencial.

PARÁGRAFO QUINTO: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ XXX (XXX), sendo o valor mensal de R\$ XXX (XXX), conforme estabelecido na proposta, parte integrante deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor global indicado é meramente estimativo e os pagamentos devidos à CONTRATADA serão feitos conforme medições dos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de XXX, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 530408 - HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS

Fonte: 0500 - TESOURO ESTADUAL / 0600 - SUS

Programa de Trabalho: 10.302.0528.2393.B581

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inexistência de créditos orçamentários no início de cada exercício financeiro impede a continuidade do ajuste, devendo a CONTRATANTE promover a extinção do CONTRATO, sem ônus, na forma dos Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula Décima Sexta.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 09/03/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá pleitear o reajuste de preços durante a vigência do CONTRATO, mediante requerimento formal, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro CONTRATO, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I.Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
- II.Expedir ordem de serviço para o início da execução do CONTRATO, com a antecedência prevista no Termo de Referência ou, em sua ausência, observando prazo razoável para adoção das medidas iniciais a cargo da CONTRATADA;
- III.Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, inclusive vícios e incorreções, para que sejam corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;

- IV.Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, através de fiscal especialmente designado para este fim;
- V.Indicar, formalmente, o gestor do CONTRATO para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência e neste instrumento;
- VI.Encaminhar à CONTRATADA os relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborados e assinados pelo fiscal do CONTRATO, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- VII.Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos.
- VIII.Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado.
- IX.Aplicar as sanções previstas na lei e neste CONTRATO;
- X.Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- XI.Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- XII.Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento.
- XIII.Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a CONTRATADA cumprir todas as obrigações estipuladas neste CONTRATO e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

I.Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, na quantidade, qualidade e tecnologia demandadas, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência;

II.Cumprir o cronograma de execução do CONTRATO;

III.Reparar, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

IV.Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévia da CONTRATANTE, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR, do memorial descritivo ou instrumento congênere;

V.Designar preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, o qual deverá disponibilizar endereço de e-mail válido e número de telefone móvel que permita contato imediato com o fiscal do CONTRATO de forma permanente;

VI.Substituir o preposto designado se houver recusa motivada da CONTRATANTE quanto à anterior indicação;

VII.Atender às determinações regulares do fiscal do CONTRATO ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;

VIII.Relatar ao fiscal do CONTRATO, por escrito, toda e qualquer ocorrência anormal afeta à prestação dos serviços;

IX.Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

X.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do CONTRATO;

XI.Comprovar, conforme o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XII.Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto deste CONTRATO, com habilitação e conhecimento adequados;

XIII.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIV.Não contratar, durante a vigência do CONTRATO, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do CONTRATO, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XV.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

XVI.Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

XVII.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII.Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XIX. Realizar, conforme previsto no Termo de Referência, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE;

XX. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no local indicado no Termo de Referência;

XXI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;

XXII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da CONTRATADA, na qualidade de OPERADORA:

I. Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

II. Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo os padrões técnicos mínimos exigidos pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

III. Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do CONTRATO ou a CONTRATANTE está exposta;

IV. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

V. Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTROLADORA/CONTRATANTE, mediante solicitação;

- VI. Permitir a realização de auditorias da CONTROLADORA/CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- VII. Informar e obter a anuência prévia da CONTROLADORA/CONTRATANTE sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para o desenvolvimento das atividades objeto do CONTRATO;
- VIII. Apresentar à CONTROLADORA/CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;
- IX. Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela CONTROLADORA/CONTRATANTE e de obrigações perante Titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- X. Comunicar formalmente e de imediato à CONTROLADORA/CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- XI. Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTROLADORA/CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente CONTRATO;
- XII. Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018;
- XIII. Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços objeto deste CONTRATO;
- XIV. Adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste CONTRATO, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

XV. Responsabilizar-se por prejuízos causados à CONTROLADORA/CONTRATANTE em razão de coleta e tratamento inadequados dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente CONTRATO;

XVI. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

XVII. Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do CONTRATO ou após a satisfação da finalidade pretendida;

XVIII. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XIX. Exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

XX. Manter bancos de dados formados a partir deste CONTRATO administrativo em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, e em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações da CONTRATANTE, na qualidade de CONTROLADORA:

I. Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pela OPERADORA/CONTRATADA;

II. Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III. Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;

IV. Compartilhar com a OPERADORA/CONTRATADA as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto

contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;

V. Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;

VI. Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pela OPERADORA/CONTRATADA;

VII. Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com a OPERADORA/CONTRATADA, após o término do tratamento, exceto quando necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;

VIII. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança estabelecidas em sua Política de Privacidade, no processo de compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa **XXXXXX(nome, matrícula e cargo)** como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do CONTRATO e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a)Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no CONTRATO e demais anexos do Edital;
- c)Reunir-se com o preposto da CONTRATADA, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do CONTRATO;
- d)Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste CONTRATO;
- e)Comunicar ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f)Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;
- g)Solicitar à CONTRATADA justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;
- h)Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;
- i)Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- j) Comunicar ao gestor do CONTRATO, em tempo hábil, a iminência do término do CONTRATO sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- k)Comunicar por escrito ao gestor doCONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATANTE designa **XXXXXX(nome, matrícula e cargo)** como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a)Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

- b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do CONTRATO;
- c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à CONTRATADA;
- d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, e atestadas pelo fiscal do CONTRATO, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços executados serão objeto de medição mensal, devendo a CONTRATADA encaminhar, até o primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados, relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do CONTRATO em lotes semanais, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados.

PARÁGRAFO QUARTO: O fiscal indicará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou tais recursos com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo exigidos por normas técnicas oficiais, às expensas da CONTRATADA, e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO: Até que sejam sanadas todas as eventuais pendências técnicas, o fiscal não deverá emitir o termo de Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO NONO: Os serviços serão recebidos definitivamente, após o término de cada mês, no prazo de 10 (dez) dias corridos, referente aos recebimentos provisórios semanais do mês em análise, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela fiscalização, com a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos de recebimento não correrão enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Sanadas as pendências e aplicadas eventuais glosas, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o valor aprovado pela fiscalização e gestão, autorizando a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A realização das glosas indicadas não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não será admitida a subcontratação do objeto do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5 % (cinco) por cento do valor anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA opte pelo seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do CONTRATO, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;

b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO NONO;

d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATO pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o CONTRATO não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do CONTRATO, desde que a notificação da CONTRATADA sobre a não-continuidade seja feita pelo CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia. Caso a notificação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do CONTRATO, a extinção se dará após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução contratual sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do CONTRATO que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens V a X da CLÁUSULA OITAVA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos II e III da CLÁUSULA OITAVA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

I. 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) sobre o valor anual do CONTRATO, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXII da CLÁUSULA OITAVA.

III.5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I da CLÁUSULA OITAVA, se a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV.1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos IV, XI e XVII da CLÁUSULA OITAVA;

V. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XIX e XX da CLÁUSULA OITAVA;

VI.0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XVIII da CLÁUSULA OITAVA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VII.5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA OITAVA;

VIII.5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XXI da CLÁUSULA OITAVA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06

(seis) anos, além da multa compensatória de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Todas as sanções previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste CONTRATO poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº:XXXX/AAAA

OBJETO:<objeto do contrato>

CONTRATADA:<nome da contratada>

CNPJ:xxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA:XXXXXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

estou ciente da minha designação para atuar como **gestor/fiscal** (indicar conforme o caso) do Contrato nº XXX;

comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do Contrato nº XXX;

estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO IV MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº
PREGÃO ELETRÔNICO Nº

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: **XX** minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

PREGOEIRO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **ISMAEL DE SOUZA MACIEL, Pregoeiro** e matrícula **4593812**, em 21/05/2026, às 14:55.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **638be7cf-3d39-4830-9e23-5455f71563a1**
